

Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008–2012)

Luís de Brito, Egídio Chaimite,
Crescêncio Pereira, Lúcio Posse, Michael Sambo
e Alex Shankland

Cadernos IESE N.º 14P/2015

"Cadernos IESE"

Edição do Conselho Científico do IESE

A Colecção "Cadernos IESE" publica artigos de investigadores permanentes e associados do IESE no quadro geral dos projectos de investigação do Instituto.

Esta colecção substitui as anteriores Colecções de Working Papers e Discussion Papers do IESE, que foram descontinuadas a partir de 2010.

As opiniões expressas através dos artigos publicados nesta Colecção são da responsabilidade dos seus autores e não reflectem nenhuma posição formal e institucional do IESE sobre os temas tratados.

Os Cadernos IESE podem ser descarregados gratuitamente em versão electrónica a partir do endereço www.iese.ac.mz.

"Cadernos IESE"

Edited by IESE's Scientific Council

The Collection "Cadernos IESE" publishes papers, written by IESE's permanent and associated researchers, and which report on issues that fall within the broad umbrella of IESE's research programme.

This collection replaces the previous two collections, Working Papers and Discussion Papers, which have been discontinued from 2010.

The individual authors of each paper published as "Cadernos IESE" bear full responsibility for the content of their papers, which may not represent IESE's opinion on the matter.

"Cadernos IESE" can be downloaded in electronic format, free of charge, from IESE's website www.iese.ac.mz.

Revoltas da Fome:
Protestos Populares em Moçambique
(2008–2012)

Luís de Brito, Egídio Chaimite, Crescêncio Pereira, Lúcio Posse,
Michael Sambo e Alex Shankland

Cadernos IESE Nº14P/2015

Fevereiro, 2015

Título: Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008-2012)

Autor: Luís de Brito, Egídio Chaimite, Crescêncio Pereira, Lúcio Posse,
Michael Sambo e Alex Shankland

Copyright © IESE, 2015

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)

Av. Tomas Nduda 1375

Maputo, Moçambique

Telefone: + 258 21 486043

Email: iese@iese.ac.mz

Website: www.iese.ac.mz

É proibida a reprodução, total ou parcial, desta publicação para fins comerciais.

Composição e imagem: COMPRESS.dsl

Impressão e Acabamentos: Digital Print Solutions, Cape Town

Número de exemplares: 300

ISBN 978-989-8464-23-1

Número de Registo: 8310/RLINLD/2014

Palavras-chave: orçamento participativo, autoritarismo competitivo, administração pública, governação, Banco Mundial, Frelimo, África, Moçambique, Maputo

Índice

1. Introdução	1
2. Uma Breve Perspectiva Histórica da Economia Moçambicana	3
3. Tradição Autoritária e Alianças Políticas	7
4. A Questão Alimentar e o Custo de Vida	11
5. Revoltas Populares	27
6. Discursos e Representações sobre os Protestos Populares	33
7. A Resposta Política: Da Confrontação à Acomodação?	37
8. Conclusão	47
Referências	51

1. Introdução

Em Fevereiro de 2008 e Setembro de 2010, as cidades de Maputo e Matola foram palco de protestos violentos contra a subida do custo de vida, protagonizados por grupos de populares. Tais protestos foram logo depois replicados em algumas outras cidades do país, mas numa dimensão bem mais restrita e rapidamente controlados pelas forças policiais. Em Novembro de 2012, um novo protesto se desenhou, mas a acção repressiva imediata nos locais críticos de concentração dos populares pelas forças da polícia, que nos últimos anos tinha sido reforçada fortemente em homens e material, impediu que a violência se generalizasse, ainda que não tenha evitado a paralisia quase total da actividade no grande Maputo durante um dia e meio.

Neste relatório procuramos mostrar que, se estas revoltas se enquadram num movimento mais amplo que desde 2008 tem abalado muitos países em consequência do aumento e da alta volatilidade dos preços alimentares no mercado internacional, elas exprimem sobretudo dinâmicas económicas locais e são um resultado da exclusão social e política a que são votadas as camadas sociais urbanas mais pobres em Moçambique. O relatório começa por apresentar uma breve perspectiva histórica e caracterização da natureza da economia moçambicana e da tradição política autoritária que tem sido dominante desde a proclamação da independência, ainda que coexistindo com uma profunda mudança nas alianças políticas do partido no poder, para depois abordar a questão alimentar e do custo de vida, assim como o contexto imediato dos protestos, os discursos e representações sobre os mesmos e o tipo de resposta por parte do governo.

2. Uma Breve Perspectiva Histórica da Economia Moçambicana

A periodização que se segue, resumida no quadro do Anexo I, tem como objectivo dar uma visão geral da evolução histórica da economia moçambicana, situar a indústria no contexto desse desenvolvimento histórico, caracterizar as bases do modelo de acumulação ao longo do tempo e proporcionar um quadro de referência para o entendimento das alianças políticas que contribuem em grande parte para determinar as políticas públicas.

Formação da Economia Colonial: Indústria de Exportação

O primeiro período, desde os finais do século XIX até ao fim da segunda guerra mundial,¹ é caracterizado por duas dinâmicas paralelas: por um lado, a integração de Moçambique na economia capitalista regional, cujo centro é a indústria mineira sul-africana (que se desenvolve a partir da segunda metade do século XIX com a descoberta de diamantes e ouro na região do Transvaal), e, por outro, a relação clássica das economias coloniais, que faz de Moçambique fornecedor de matérias-primas para as indústrias metropolitanas.²

Neste período, desenvolvem-se as agro-indústrias viradas para a exportação, nomeadamente do açúcar, algodão, copra, madeiras, sisal e chá, que em princípios dos anos 1940 representam dois terços do valor total das exportações de Moçambique. Existe ainda um pequeno sector industrial de bens de consumo para o mercado interno, nomeadamente no ramo alimentar, dos sabões e óleos. No que se refere à indústria extractiva, deve-se registar que nesta fase e até quase ao fim da época colonial ela é marginal,³ resumindo-se a pequenas explorações de sal, ouro, pedra para construção e mármore. Porém, a característica principal da economia moçambicana, que vai marcar todo o período colonial, é a sua orientação para uma economia de serviços ferro-portuários dirigidos para os países vizinhos (a África do Sul, mas também a Rodésia e a Niassalândia) e de trabalho migratório (particularmente importante nas regiões do Sul do Save), sectores

1 Alguns autores consideram uma periodização diferente, com um período distinto a partir de 1928 até 1945, correspondendo à ascensão de Salazar ao poder e ao estabelecimento do Estado Novo, que seria marcado por uma ideologia de nacionalismo económico. Porém, em Moçambique, apesar do discurso nacionalista do governo central, a influência das dinâmicas induzidas pelo capital estrangeiro não foi praticamente alterada, nem sofreu nenhuma modificação a estrutura económica da colónia, pelo que não parece haver base suficiente para se considerar que então se inicia um período diferente.

2 Dada a fraqueza do colonialismo e o baixo nível de desenvolvimento industrial português, só uma parte das exportações de matérias-primas (o açúcar e o algodão) têm como destino Portugal. Os restantes produtos de exportação, como a copra, o sisal, o chá e as madeiras, destinam-se principalmente, quando não exclusivamente, ao mercado internacional

3 Em 1942, a indústria extractiva representava apenas cerca de 2% do valor total da produção industrial.

cujas receitas permitem um certo equilíbrio na balança de pagamentos, dado que a balança comercial é sistematicamente deficitária.⁴

Economia Colonial Tardia: Indústria de Substituição de Importações e de Bens Intermediários

O segundo período, que se estende desde a segunda metade dos anos 1940 até à independência, é caracterizado pelo desenvolvimento de indústrias de substituição de importações e de bens intermediários destinados ao mercado interno moçambicano.⁵ Este desenvolvimento está intimamente ligado à opção tomada pelas autoridades coloniais de promover a emigração portuguesa para as colónias e de construir do chamado “espaço económico integrado português”.⁶ Com o crescimento da população colona, desenvolve-se um mercado interno e, com este, um crescente sector industrial de bens de consumo (bebidas, produtos alimentares, têxteis e vestuário, etc.) e de bens intermediários (principalmente cimento, produtos da refinação de petróleo, tintas, produtos metalúrgicos e material para os caminhos de ferro). Assim, a estrutura da produção industrial que era ainda no início dos anos 1950 dominada pelas indústrias de exportação, que representavam 60% do valor da produção, contra 40% para as indústrias destinadas ao mercado interno, encontra-se invertida nas vésperas da independência, tendo passado estas últimas a representar 60% do valor da produção industrial total. Para além desta inversão da posição das indústrias, é de sublinhar que o cajú, que se vai tornar o principal produto de exportação deste período, deixa de ser exportado em bruto (castanha) para dar lugar a um sector industrial relativamente importante, nomeadamente do ponto de vista da sua distribuição geográfica e do emprego, passando a maior parte deste produto a ser processado antes da exportação (amêndoa). No sector da indústria extractiva, que continua marginal, é de notar a descoberta de gás em Inhambane (mas que não é explorado) e o início da exploração do carvão de Moatize no final dos anos 1940 e princípios da década seguinte, assim como a descoberta de gás natural em Inhambane nos anos 1960 (mas que não é explorado nessa

4 As receitas em divisas do sector de serviços viriam a ser reforçadas na década 1960 e até à independência pelo grande desenvolvimento do turismo (proveniente essencialmente da África do Sul e da Rodésia).

5 Também aqui se considera, em geral, que o início dos anos 1960 marca um novo período. No entanto, ainda que haja nessa altura importantes modificações de ordem política e social, centradas na abolição do regime de indigenato e no desenvolvimento das lutas armadas de independência na Guiné, Angola e Moçambique, há um continuum no processo económico moçambicano. Os acontecimentos acima referidos provocaram a aceleração de tendências económicas anteriores, mas não parece que tenha havido propriamente uma modificação na orientação ou estrutura da economia.

6 De acordo com esta política, as colónias passaram a ser oficialmente consideradas “províncias ultramarinas” desde 1951 e, a partir de 1953, o governo português adoptou os chamados “Planos de Fomento”, particularmente virados para o desenvolvimento das infra-estruturas.

altura).⁷ Em termos de exportações, os seis produtos agrícolas do período anterior mais o cajú ainda continuam a representar no final do período colonial cerca de dois terços do valor total.

Independência: Colapso Económico e Economia de Ajuda

O terceiro período, da independência até ao momento em que as primeiras eleições multipartidárias confirmaram o fim do conflito armado e deixaram antever uma situação de estabilidade política, é um período de colapso económico, ou seja, de crise profunda da economia resultante de vários factores, nomeadamente do impacto da descolonização, do conflito com os poderes “brancos” da região e da guerra civil. O primeiro factor de crise foi a saída do país da grande maioria dos colonos, incluindo a quase totalidade dos gestores e quadros qualificados, o que desarticulou todo o sistema produtivo nacional. O segundo factor foi a confrontação com os regimes da Rodésia e da África do Sul que resultou numa queda brusca e importante do rendimento dos serviços, que tradicionalmente permitia o equilíbrio da balança de pagamentos. O terceiro factor foi o prolongamento do conflito regional numa guerra civil, que a partir dos anos 1980 atingiu a totalidade do território, impediu o funcionamento normal da economia e provocou imensa destruição humana e material. Todos estes factores agiram no contexto de uma política de inspiração marxista-leninista, que procurava estabelecer uma economia planificada onde o Estado devia desempenhar um papel central. No entanto, desde cedo, o colapso económico do país levou a negociações com o FMI e Banco Mundial, à adesão de Moçambique a estas organizações (1984) e a um processo de liberalização económica, que produziu poucos efeitos devido à situação de guerra, tendo o país passado a viver essencialmente da ajuda externa. É neste período que se inicia a exploração intensiva e exportação de um recurso natural, o camarão, cuja extracção não era afectada pela guerra, o que fez dele o principal produto de exportação a partir de meados dos anos 1980 até finais dos anos 1990. Este é um período que se pode considerar de “desindustrialização” na medida em que uma parte da produção industrial desapareceu, ao mesmo tempo que as indústrias sobreviventes registam baixos níveis de produção.

Recuperação Económica: da Economia de Ajuda à Economia de Renda e de Exportação de Recursos Naturais

O quarto período, que se iniciou com o estabelecimento da paz, em 1992, é caracterizado por altas taxas de crescimento económico (acima de 7% anualmente) e por uma

⁷ Em 1970, dois terços da produção destinava-se ao mercado interno e o restante (pouco mais de 100 000 toneladas) era exportada para o mercado internacional.

recuperação económica baseada no desenvolvimento de actividades extractivas de recursos naturais para exportação. Embora haja alguns sinais de desenvolvimento de indústrias de substituição de importações e de bens intermediários, a dinâmica principal é de novo a da indústria de exportação, mas agora de recursos naturais não agrícolas.⁸ Para além do camarão, passam a ter destaque como principais produtos de exportação, as madeiras, o gás, o carvão e outros produtos minerais, para além do alumínio.⁹ Existem ainda numerosos projectos de prospecção mineral e de petróleo. Não considerando o alumínio, que representa por si só à volta de 50% do valor das exportações moçambicanas (2010), os produtos energéticos (gás e electricidade), o camarão e as madeiras contribuem para mais de metade do valor das exportações moçambicanas. Ao mesmo tempo, apesar de uma certa recuperação, o sector de serviços não consegue equilibrar a balança de pagamentos como no passado e o Orçamento do Estado continua a depender fortemente dos fundos provenientes da ajuda externa.

A consolidação de uma economia de renda, inaugurada no período anterior com a exploração do camarão, tem sido a tendência principal do desenvolvimento recente da economia moçambicana. Uma economia de renda¹⁰ que não se baseia simplesmente na exploração de recursos, mas tem a particularidade de depender ainda de uma outra “renda”, a ajuda externa.¹¹

8 Num claro retrocesso, a indústria do caju foi praticamente desmantelada durante os anos 1990, passando a ser dominante no sector a exportação da castanha não processada.

9 O alumínio é a principal exportação moçambicana neste período, mas trata-se de uma produção baseada em matéria-prima importada. Uma das principais razões da implantação desta indústria no território moçambicano é o acesso a energia eléctrica (elemento fundamental no processo fabril) a baixo custo.

10 O conceito de economia de renda e de Estado rendeiro (*rentier state*) remete aqui para uma economia caracterizada por um processo de acumulação sem desenvolvimento, largamente baseada na exploração intensiva de recursos naturais (minerais e outros) não – ou dificilmente – renováveis, num contexto em que o Estado tem a capacidade de obter uma parte significativa das suas receitas sem recurso à fiscalidade, o que fragiliza a sua responsabilidade em relação aos cidadãos.

11 De acordo com dados do Ministério da Planificação e Desenvolvimento Económico, há nos últimos anos uma tendência para a redução dos recursos externos na composição do Orçamento do Estado, tendo estes passado de 56% em 2008, para 33% em 2013 (MPDE, 2013). Em grande medida o aumento dos recursos internos corresponde a um aumento das receitas fiscais ligadas com os megaprojectos.

3. Tradição Autoritária e Alianças Políticas

A história política recente de Moçambique é caracterizada por uma tradição política autoritária, tanto sob o regime de partido único, que durou desde a independência em 1975 até 1990, como no período que se seguiu à introdução do multipartidarismo e ao fim da guerra civil. Na verdade, depois de um breve período de enfraquecimento e hesitação durante os anos que se seguiram ao Acordo Geral de Paz e às primeiras eleições multipartidárias, a Frelimo optou, a partir de 2002, por reforçar o modelo de partido-Estado que se tinha desenvolvido durante o período monopartidário. Nesse sentido, foi reconstituída a rede de células e comités do partido em todo o aparelho de Estado (incluindo as Forças de Defesa e Segurança) desde o nível central até ao local e foi reactivado o princípio de prestação de contas dos dirigentes estatais aos dirigentes partidários da Frelimo aos diferentes níveis.

No período imediatamente após a independência, não obstante o facto da Frelimo ter desenvolvido a sua guerrilha em meio camponês e um discurso evocando a “aliança operário-camponesa”, as suas opções políticas resultaram numa aliança *de facto* com as camadas urbanas, em especial com os grupos de renda média e baixa. Com efeito, ainda que em contexto de crise, foram esses grupos quem mais beneficiou da política de controle de preços, assim como das medidas de promoção do acesso aos serviços, especialmente a saúde e educação, e à habitação. Ao contrário, a população camponesa, apenas relativamente protegida pelo facto de a terra ser propriedade do Estado, foi particularmente afectada pela destruição do sistema de comercialização agrária e pela guerra civil, que provocou, para além da destruição de infra-estruturas económicas e sociais, uma perturbação acrescida nas condições de produção, assim como milhões de deslocados e refugiados.

Por seu lado, a partir dos anos 1990, a política de liberalização económica que se tinha iniciado em meados dos anos 1980, mas que não tinha praticamente tido efeitos significativos dada a situação de guerra, foi retomada. A liberalização dos preços, a privatização da maior parte das empresas estatais e a procura de investimento estrangeiro iniciada nos anos 1990, acompanhada pela oferta de incentivos fiscais, viria alguns anos depois a traduzir-se no surgimento dos megaprojectos, maioritariamente ligados à prospecção e exploração de recursos naturais (principalmente gás, carvão, areias pesadas e petróleo). Em paralelo com o processo de liberalização económica, a liderança da Frelimo passou por um processo de reconversão, engajando-se crescentemente no mundo dos negócios e, assim, a antiga aliança política foi substituída por uma outra, agora com os meios empresariais e, em especial, com o grande capital estrangeiro.

A tradição autoritária que caracteriza o campo político moçambicano e a hegemonia da Frelimo, que sempre dispôs de uma maioria absoluta no parlamento, tem sido um grande obstáculo para o desenvolvimento de formas de pensamento alternativo e para a capacidade dos cidadãos se organizarem e exprimirem livremente as suas opiniões, interesses e demandas, seja individual ou colectivamente. Para isto contribui também o facto do governo – e, portanto, a Frelimo – exercer um controle directo sobre os principais meios de comunicação públicos, nomeadamente a rádio nacional (Rádio Moçambique), a televisão pública (televisão de Moçambique) e jornais históricos (Notícias e Domingo), cujo accionista principal é o Banco de Moçambique, para além de ter influência em muitos outros novos *media* (da imprensa escrita, televisão e rádio) através do poder que lhe confere a publicidade de que vivem esses *media*.¹² Naturalmente, esse controle tem limitado o espaço para o surgimento de uma opinião pública informada e crítica e para o debate aberto sobre as questões como o aumento do custo de vida e dos preços dos alimentos, que são uma preocupação premente para os cidadãos comuns.

Nos anos mais recentes, o quadro de hegemonia da Frelimo começou a mudar um pouco com o crescimento de um novo espaço informal (predominantemente urbano) de debate político resultante do crescente acesso a redes sociais (especialmente o Facebook) e do surgimento de uma nova geração de jovens com níveis de educação relativamente altos (incluindo um número crescente de jovens com formação universitária). No entanto, a criação e consolidação de organizações independentes da sociedade civil continua a ser um processo lento e fortemente dependente do financiamento de doadores estrangeiros.

O controle hegemónico da Frelimo teve um duplo impacto. Por um lado, tornou virtualmente impossível o desenvolvimento de estruturas de representação colectiva que fossem consideradas pelo regime como interlocutores legítimos, especialmente tendo em conta que, apesar de tolerar formalmente os partidos e as estruturas formais da democracia multipartidária, a Frelimo considera os partidos de oposição como politicamente ilegítimos. Por outro lado, ele tem esvaziado em grande medida as garantias constitucionais do direito de livre reunião e manifestação, uma vez que, na prática, se as manifestações que são directas ou indirectamente promovidas pelo partido no poder ou organizações que lhe são próximas são aceites, já o mesmo se torna difícil quando essas iniciativas são promovidas por grupos independentes e pelos partidos da oposição.¹³

A falta de espaço para o livre exercício dos direitos democráticos tem como consequência limitar severamente o campo da negociação social e a experiência e o acesso dos cidadãos a um repertório de formas de mobilização política de massas (como petições, boicotes,

12 Não só o Estado e as empresas públicas são responsáveis por uma parte significativa da publicidade, mas a Frelimo tem ainda influência noutras grandes empresas, dadas as posições de destaque que os membros da sua liderança ocupam nos seus conselhos de administração, sem esquecer a sua capacidade de influenciar também as grandes multinacionais que operam no país.

13 Na maior parte dos casos as manifestações com carácter de protesto não são autorizadas, ou são reprimidas pela polícia de forma particularmente violenta.

greves ou marchas). Nestas condições, os efeitos de aumentos súbitos do custo de vida, que afectam principalmente a população urbana de baixa renda tendem a resultar em protestos de rua, violentos e sem liderança organizacional.

4. A Questão Alimentar e o Custo de Vida

Moçambique sempre foi um país importador de alimentos.¹⁴ A situação foi particularmente grave durante o período da guerra civil (1976 a 1992). No ano da independência, a origem da oferta de cereais correspondia a 49% de produção interna, 42% de importação comercial e 9% de ajuda alimentar, já nos finais dos anos 1980 a situação era radicalmente diferente, sendo a produção interna de apenas 14% e os restantes 86% provenientes da ajuda alimentar.¹⁵ Embora até hoje a ajuda alimentar continue a desempenhar um papel importante no abastecimento do país, verifica-se que, desde o final da guerra, nos anos 1990, a produção interna de alimentos tem vindo a crescer, embora ainda não tenha atingido a auto-suficiência.¹⁶

A Produção Agrícola e Défice Alimentar nos Anos Recentes

A produção agrícola alimentar em Moçambique, que é essencialmente proveniente de uma agricultura familiar camponesa, tem sido sistematicamente afectada por catástrofes naturais, secas, ciclones, cheias e pragas, que regularmente se abatem sobre o país. Estas situações dão lugar à intervenção do governo que, com recurso à ajuda externa, promove programas de emergência visando mitigar os seus efeitos sobre a vida das populações afectadas. Tal foi o caso, por exemplo, da campanha agrícola de 2006/07. A campanha foi acompanhada de secas severas na zona sul do país, que resultaram na perda total de um pouco mais de metade da área semeada nesta região. Por sua vez, nas zonas centro e norte a campanha foi caracterizada por situações de irregularidade das chuvas, estiagem e inundações, que resultaram na perda de extensas áreas de culturas diversas, bem como na deslocação de parte da população para zonas mais seguras.¹⁷

Neste contexto de alta dependência de factores climáticos, a produção e a produtividade agrícola alimentar têm evoluído nos últimos anos com pequenas taxas de crescimento, como se pode ver nas Figuras 1 e 2.¹⁸ Por seu lado, os balanços alimentares de Moçambique entre

14 Imediatamente antes da independência (1975), os produtos alimentares representavam 12% do valor total das importações.

15 *Seminário sobre Segurança Alimentar, Políticas Agrícolas e os Bens Alimentares*, Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane, Agosto de 1990, p. 13 (mimeo).

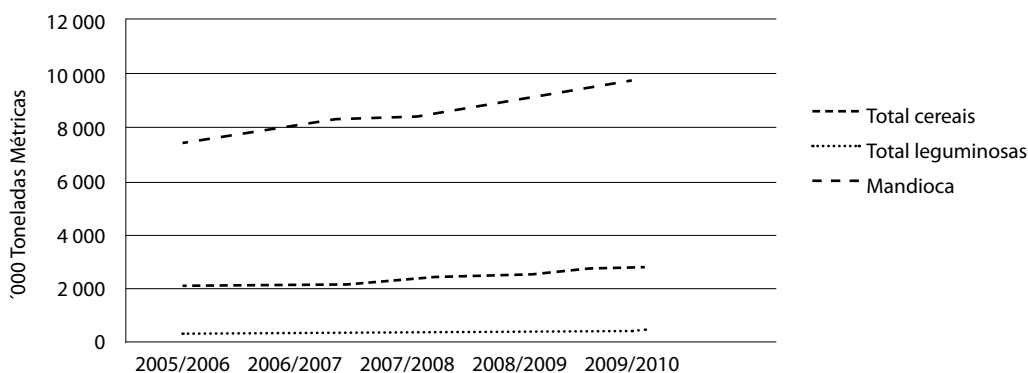
16 Ao longo dos anos 2000, os produtos alimentares representaram cerca de 7% do total do valor das importações (excluindo as importações dos megaprojectos).

17 As regiões mais afectadas foram, na zona centro, o território ao longo do rio Zambeze, abrangendo as províncias de Sofala, Zambézia, Tete e Manica, e na zona norte, os distritos de Moma e Malema, na província de Nampula, assim como Muidumbe, Macomia e Mueda, na província de Cabo Delgado.

18 A subida brusca da produção do arroz, que na campanha agrícola 2008/09 atingiu a taxa de crescimento de 26% contra 5% da campanha anterior, parece estar associada ao fomento da produção de arroz em Chókwe, participado em grande medida pelo grupo Mozfer e Indústrias Alimentares (MIA) e contando com uma forte componente de distribuição de sementes e garantia do mercado. Das 697 toneladas

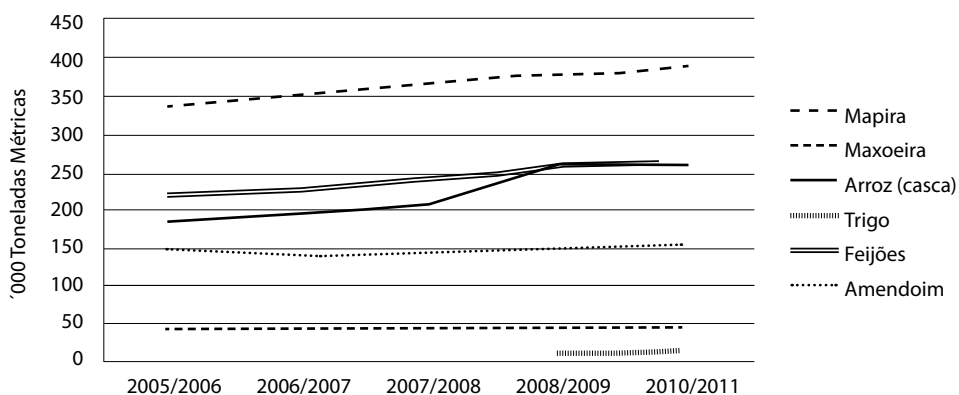
2009 e 2011 mostram a situação de déficit persistente da produção do arroz e do trigo em relação às necessidades de consumo e a consequente dependência de importações (fig.3).¹⁹ O déficit destes dois produtos influencia o déficit geral de cereais, que se situa na ordem de 17% anuais, e que é suprido com recurso à importação (SETSAN, 2013). As importações, particularmente do arroz e do trigo, devem ter originado o aumento de preços ao nível nacional e local nos últimos anos (2007-2013), pois nesse período os preços do arroz e do trigo no mercado internacional experimentaram grandes subidas e uma alta volatilidade.

Figura 1: Evolução da Produção Agrícola Alimentar em Moçambique 2006–2010



Fonte: MINAG, Balanço Anual do PES, 2007 a 2010

Figura 2: Evolução da produção agrícola de cereais e leguminosas com exceção do milho

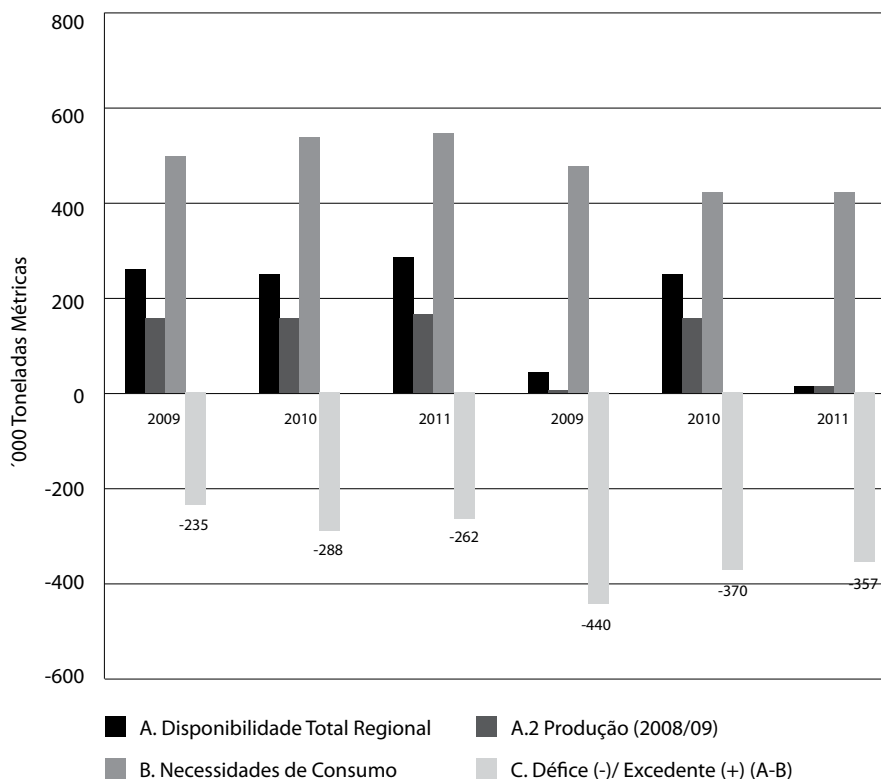


Fonte: MINAG, Balanço Anual do PES, 2007 a 2010

de semente de arroz distribuídas pelo país, 300 toneladas foram para o Chókwe; ou seja, esta zona beneficiou de 43% do total de sementes de arroz distribuídas nessa campanha.

19 Estes dois produtos, em conjunto com o milho, constituem a base alimentar dos Moçambicanos.

Figura 3: Cereais em Défice Contínuo nos Balanços Alimentares Anuais de Moçambique – 2009-2011



De acordo com Mosca, com base nos censos agro-pecuários de 2000 e 2010 e numa série de dados estatísticos para o período de 1961 a 2012, a produção alimentar interna *per capita*, tem vindo a decrescer em termos absolutos nos últimos cinquenta anos. O mesmo acontece com a produtividade por hectare de uma parte significativa dos principais bens alimentares que tem vindo a baixar (com excepção do milho). Da mesma forma, tem-se registado uma queda da disponibilidade de alimentos por habitante nos últimos cinquenta anos, e verifica-se também uma redução significativa da produtividade da produção alimentar em termos de calorias e de disponibilidade de calorias, considerando a produção realizada em Moçambique no período entre 2002 e 2008 (Mosca, 2014). Estes factos ajudam a ilustrar a dependência de Moçambique em relação ao mercado internacional para o suprimento das necessidades alimentares do país, assim como a sua vulnerabilidade em relação aos choques de preços dos produtos alimentares no mercado internacional. Conforme é reconhecido no *Plano de Acção para a Produção de Alimentos, 2008-2011*, existia na altura um défice em produtos alimentares básicos (de 316 000 toneladas de arroz e de 469 500 toneladas de trigo, de 169 300 toneladas de batata, de 24 000 toneladas de frango,

50 400 toneladas de óleo alimentar e 54 000 toneladas de peixe) e essa situação poderia ser “agravada pela actual tendência crescente de aumento de preços dos principais produtos alimentares no mercado internacional”.

Poder-se-ia esperar que, com as flutuações e a subida de preços dos alimentos no mercado internacional, no período de 2007 a 2013, a produção alimentar nacional aumentasse em resposta a esse aumento dos preços. Porém, o aumento dos preços dos produtos alimentares não teve praticamente impacto sobre a produção agrícola interna de bens alimentares. Segundo alguns produtores de Chókwe, a crise dos preços dos produtos alimentares não afectou directamente a produção agrícola alimentar. No entanto, afirmam que a produção é fortemente afectada pela subida dos preços dos insumos e pesticidas, pelas condições climáticas (regularidade e intensidade das chuvas, cheias, estiagem e secas), assim como pela garantia de mercado.²⁰

As Políticas Governamentais e a Segurança Alimentar

Para além dos planos quinquenais do governo e dos programas de acção para a redução da pobreza negociados com os doadores, os documentos de estratégias, políticas, programas e planos que, directa ou indirectamente, são supostos promover o desenvolvimento, eliminar a pobreza e assegurar a segurança alimentar, são muito numerosos. Dentre os que tratam de questões do sector agrário, destacam-se a *Estratégia da Revolução Verde em Moçambique*, aprovada pelo Conselho de Ministros em 2007 e que integra seis programas nacionais (Programa de Cereais: Milho, Arroz, Mapira e Trigo; Leguminosas de Grão: Feijões, Amendoim e Soja; Raízes e Tubérculos: Mandioca e Batata; Hortícolas nas Zonas Verdes dos Centros Urbanos; Programa de Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas de Criação de Gado Bovino; Programa Integrado de Desenvolvimento da Avicultura nas Zonas Peri-Urbanas), cujo objectivo principal era “induzir o aumento da produção e produtividade dos pequenos produtores para uma maior oferta de alimentos de uma forma competitiva e sustentável” e o *Plano de Acção para a Produção de Alimentos, 2008-2011*, aprovado pelo Conselho de Ministros em 2008 e integrando capítulos sobre a produção, a comercialização agrícola, o agro-processamento, os mercados, as medidas fiscais e orçamento, os mecanismos de coordenação e as medidas a tomar pelo governo. Este plano tinha como objectivo “a eliminação do défice dos principais produtos alimentares nos próximos 3 anos e reduzir a dependência das importações”.²¹

20 Refira-se que para o caso do fomento do arroz em Chókwe, levado a cabo pela MIA e que resultou em um aumento significativo da produção na época 2008/09, a empresa deu condicionalmente sementes melhoradas de arroz aos camponeses, antecipando a sua oferta de preço com garantia de compra da produção. Há que ressaltar também que nesta época não houve cheias, o que garantiu uma boa colheita. Na época seguinte, porém, houve fortes cheias naquele distrito, levando a que a produção fosse relativamente menor nas épocas consecutivas.

21 No seguimento destes, destacam-se: o *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário*,

A questão da segurança alimentar é especificamente tratada na *Estratégia e Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional, 2008-2015 (ESAN II)*, que revê e dá continuidade à *Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional* aprovada em 1998. De acordo com o documento, “o objectivo geral estratégico da ESAN II é de garantir que todos os cidadãos tenham, a todo o momento, acesso físico e económico aos alimentos necessários, de modo a que tenham uma vida activa e saudável, realizando o seu direito humano à alimentação adequada” e os seus principais objectivos são: “garantir a auto-suficiência alimentar do país; contribuir na melhoria do poder de compra dos agregados familiares; reduzir a incidência de desnutrição (aguda e crónica) através do melhoramento das condições de saúde, água saneamento do meio e educação alimentar e nutricional; garantir de forma progressiva a realização do direito humano à alimentação adequada para todos os cidadãos; aumentar a capacidade dos agregados familiares em responder às variações sazonais quanto à produção, o acesso físico e económico a alimentos adequados; e, criar e desenvolver uma estrutura adequada para uma intervenção multisectorial e interinstitucional abrangente e inclusiva.”²²

Estes documentos de política dão grande enfoque à produção e à produtividade agrícola, apontando em geral como principais elementos a distribuição de insumos e de instrumentos de produção, bem como a reparação de sistemas de infra-estruturas danificados (regadios, diques, barragens e silos) e a construção de novos. Porém, para além de serem em grande medida repetitivos e de se sobreporem (para além de serem pouco mais que simples listagens de objectivos e intenções sem a devida articulação), o seu impacto tem sido praticamente nulo, como atesta o fraco crescimento do sector agrário alimentar nos últimos anos e a estabilização dos níveis de pobreza no país.²³

2010-2019 (PEDSA), que “ao sistematizar um amplo leque de orientações estratégicas para a agricultura, com particular enfoque na Estratégia da Revolução Verde, nas Prioridades do Sector Agrícola, na Estratégia de Investigação, no Programa Nacional de Extensão, na Estratégia de Reflorestamento, no Plano Nacional de Florestas, na Estratégia de Irrigação, no Plano de Acção para a Produção de Alimentos, e no Plano Estratégico da Pecuária, o PEDSA pretende englobar uma visão partilhada pelos intervenientes chave do sector, criando assim um quadro harmonizado para guiar decisões, tratando aspectos que interferem na confiança do investidor e acelerando a competitividade agrícola de uma maneira sustentável”; e o *Plano Nacional de Investimento ao Sector Agrário, 2013–2017*.

- 22 Outros mecanismos complementares de segurança alimentar são, por exemplo, o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), que opera na mitigação de desastres naturais através do socorro às comunidades vítimas destes. Este órgão, por vias da provisão ou mobilização e organização de mecanismos de apoio ao reassentamento e distribuição de alimentos, sementes e insumos básicos para a produção autónoma, visa garantir a sobrevivência das populações afectadas por catástrofes naturais e que tenham perdido os seus haveres, mas que não responde às necessidades alimentares correntes dos cidadãos com baixo poder de compra e incapazes de suprirem por si de forma conveniente as suas necessidades alimentares no dia a dia, o Instituto Nacional de Acção Social (INAS), que procede a transferências básicas de produtos alimentares em benefício de um pequeno número de famílias particularmente vulneráveis, ou o início recente (2013) das actividades preparatórias para o *Programa Nacional de Alimentação Escolar*, que pretende reduzir o impacto da insegurança alimentar e da desnutrição nas escolas.
- 23 De acordo com Boom (2011), depois de uma redução da pobreza nos anos imediatamente após o fim da guerra civil (de 69% para 54% entre 1997 e 2003), desde 2004 até 2009 os níveis de pobreza mantinham-se praticamente inalterados (54%).

Movimentos de Defesa Alimentar

Em Moçambique, de acordo com percepções de alguns informantes-chave, a maior parte das iniciativas das organizações da sociedade civil no âmbito alimentar são efectivadas com base em recursos provenientes da iniciativa externa. A Rede de Organizações para a Soberania Alimentar (ROSA), uma coligação de organizações de advocacia na área de segurança alimentar e nutricional, é a que mais se evidencia neste âmbito. Ela foi criada em 2003, pela ActionAid, Associação para Desenvolvimento Sustentável (ABIODES) e a União Nacional dos Camponeses (UNAC), com o apoio da FAO, e ganhou visibilidade principalmente entre 2006 e 2007, quando lançou para debate público uma proposta de Lei de Direito à Alimentação. No entanto, quando esta lei passou a ser tratada ao nível das instâncias do governo, a ROSA foi incapaz de fazer pressão política suficiente para garantir que a mesma fosse aprovada. Neste momento o processo de legislação está arquivado, sem que se saiba ao certo se no Ministério da Agricultura ou na Assembleia da República.

A acção da ROSA e de outros movimentos do género tem sido insignificante e depende muitas vezes da agenda do governo, conforme se pode entender do testemunho de um consultor externo de uma das organizações que financiam o sector de alimentação em Moçambique:

“A tentativa da sociedade civil se organizar em torno da alimentação é muito oportunista. Existem redes como a Rede das Organizações de Soberania Alimentar, que olham para um contexto global do surgimento desse tipo de redes e olham para as oportunidades que existem em Moçambique que o governo convoca (...). Não existem iniciativas da sociedade civil para alimentação e para a segurança alimentar. É tudo convocado pelo governo. Para mim, é uma sociedade civil semi-parasita neste aspecto, pois se alimenta das propostas do Governo.”

Apesar de a ROSA constituir um dos principais grupos “activos” no domínio alimentar, com representações em todas as províncias do país, nenhum dos entrevistados ou participantes dos grupos focais desta pesquisa tinha alguma vez ouvido falar dela, ou mesmo de qualquer iniciativa de defesa do direito à alimentação. Para além da actuação deste movimento ser desconhecida na sua generalidade, os entrevistados revelaram que, mesmo por via de outros canais de comunicação, não se identificam como parte integrante do processo de definição de políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação, respeitando as suas próprias tradições e técnicas de cultivo.

No caso de Chókwe, os camponeses têm uma forte ligação com as associações agrícolas locais com vista a obterem alguma protecção formal destas. Das entrevistas e dos grupos focais realizados, percebeu-se que a UNAC e outras pequenas associações locais eram reconhecidas como aquelas que formalmente representavam os interesses dos camponeses. No entanto, não se aceitava haver benefício em estar filiado nelas pelo facto de existir falta de transparência na gestão dos produtos e dos lucros que provinham da

sua comercialização para a associação. Isto no que se refere às machambas colectivas das associações, onde todos os camponeses membros tinham que prestar trabalho voluntário, pelo menos duas vezes por semana.

Já em relação às suas machambas familiares, os camponeses admitiram ter a possibilidade de recorrer ao crédito ao investimento, que é concedido pelas instituições financeiras de microcrédito local, beneficiando de bonificação de taxas de juro e de garantia. Neste caso, a pertença às associações locais é benéfica, pois uma das condições fundamentais para a concessão de microcréditos está associada geralmente à formação de grupos entre as pessoas interessadas em obter o recurso. Mas esta prática é por vezes preterida pelos camponeses, uma vez que as calamidades cíclicas e a insuficiência de mercado naquela região rural os colocam facilmente numa situação de dificuldade.

Na verdade, os camponeses olham para o Estado como o recurso mais seguro, sobretudo em situações de crise, como as que resultam das cheias cíclicas que têm assolado aquela região do país, no sentido deste garantir sementes, adubos, fertilizantes e pulverizadores com vista a minimizar suas perdas. Além disso, os camponeses têm apelado ao governo para a reabilitação e o possível aumento da altura dos diques de defesa que protegem esta região da subida dos caudais dos rios Limpopo e Elefantes, fundamentais para se reduzir a vulnerabilidade de Chókwe às cheias (Pereira, et al, 2013).

A população em geral, e os grupos sociais mais pobres em particular, não têm uma forte representação, ou espaços de representação, para a defesa dos seus interesses sobre a questão alimentar, estando alheios aos programas e planos do governo sobre a mesma. Nestas condições, a mobilização informal e violenta aparece como a única forma de chamar a atenção do governo para os problemas e é nesse quadro que devem ser consideradas as revoltas de 2008 e 2010²⁴, nas cidades de Maputo e Matola, seguidas depois por pequenos focos em cidades como Chókwe, Chibuto, Chimoio, entre outras.

24 Mas importa notar que a primeira manifestação do género ocorreu, em 1993, contra o aumento do preço dos “chapas”, que passou de 500 para 1000 MT (na antiga moeda). Para além das revoltas de 2008 e 2010, houve outra manifestação, sem grande violência expressa, em 15 de Novembro de 2012, em que a população também reclamava o aumento do preço dos “chapas”. Embora a última tenha sido menos expressiva, ela confirma a tendência periódica dos cidadãos manifestarem-se contra o aumento do custo de vida.

Salário Mínimo, Estrutura do Orçamento Familiar e Custo de Vida

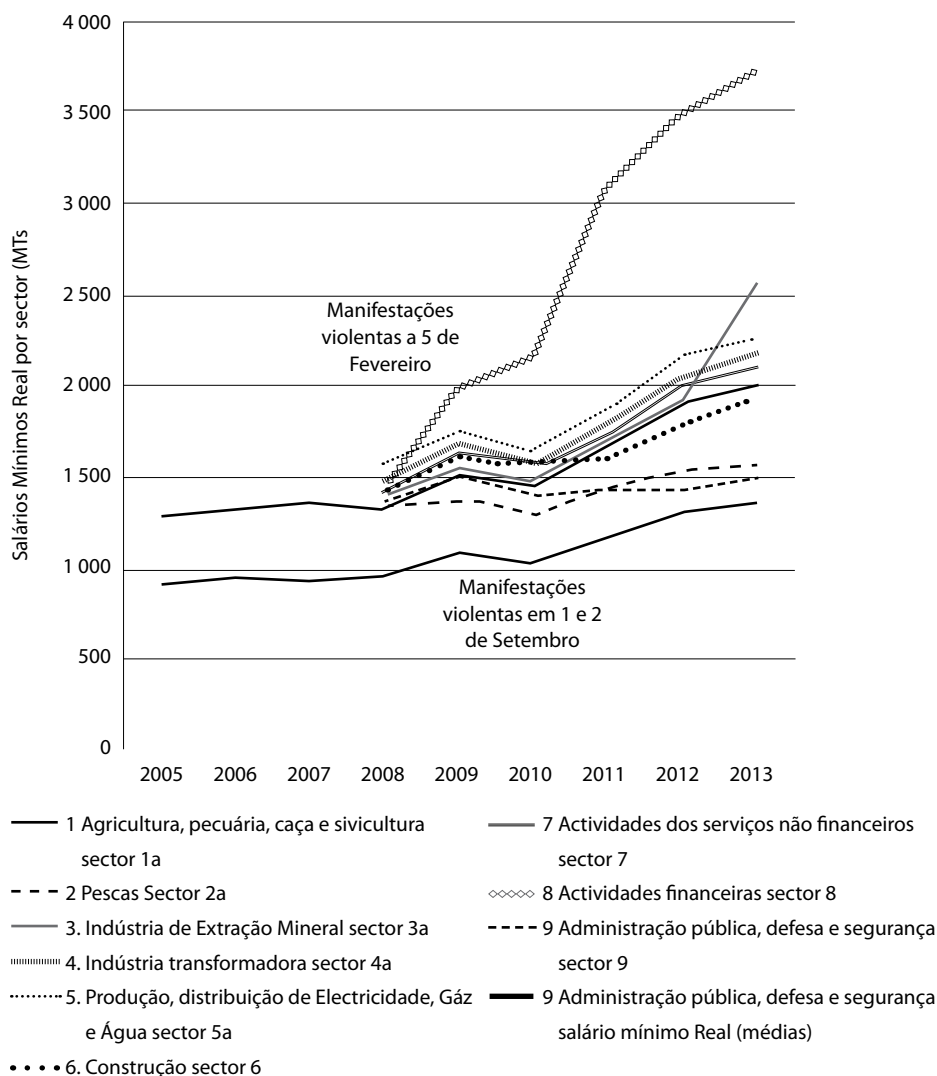
Nos últimos anos, as constantes subidas de preços dos vários bens, com particular destaque para os bens alimentares contrasta com um baixo aumento dos níveis salariais e elevadas taxas de desemprego e subemprego. Por esta razão, é comum que as famílias procurem ter mais de uma fonte de receita para fazer face às suas despesas mensais. De forma geral, a tendência nas áreas urbanas é de pelo menos um membro do agregado familiar ser trabalhador formal ou informal, auferindo um salário mensal.²⁵ No entanto, para muitas famílias moçambicanas, o rendimento situa-se abaixo do nível de subsistência, facto que obriga outros membros do agregado a praticarem actividades comerciais ou laborais informais, os chamados “biscatos”²⁶ com vista a minimizarem o défice de renda face às suas despesas básicas. Este aspecto é comum tanto nas zonas urbanas como rurais, onde as formas alternativas de trabalho são geralmente a oferta de mão-de-obra nas machambas maiores e mais produtivas, na venda de produtos agrícolas e outras formas de informalidade semelhantes às praticadas nas zonas urbanas.

Atentando para os discursos populares sobre o custo de vida retira-se a percepção que os salários estão muito abaixo do nível de subsistência e tendem a degradar-se ano após ano. A percepção popular deixa claro que os salários reais estão em decadência, sobretudo considerando que a maioria destes gasta a maior parte do seu rendimento em alimentação e que os preços dos bens alimentares sobem frequentemente, contra os ajustes salariais que são inferiores e acontecem apenas uma vez por ano (em Abril de cada ano). Uma confrontação de dados dos salários mínimos nominais com os preços do cabaz básico revelam que essa percepção corresponde à realidade. No entanto, embora se tenha registado alguma baixa dos salários reais mínimos no período em análise, esta tendência não foi contínua. Em geral, os salários mínimos reais tendem a aumentar ligeiramente ano após ano, ainda que a ritmos baixos. No entanto, do ano 2007 para 2008 o salário mínimo real da função pública baixou, repetindo-se o fenómeno um ano mais tarde, isto é, do ano 2009 para 2010, em que houve uma redução do salário mínimo real de quase todos os sectores, com excepção do sector das actividades financeiras em que o salário mínimo real aumentou (fig.4). Note-se que estes dois momentos correspondem aos momentos de protestos populares relacionados com a subida do custo de vida.

25 Os mais privilegiados são funcionários públicos ou empregados do sector privado nos vários escalões, sendo predominantes, no caso das famílias mais pobres, trabalhos como guardas, serventes, pedreiros, ajudantes de obra, empregados domésticos, entre outros.

26 Por “biscato” entende-se não só a venda ocasional de produtos variados, mas também o trabalho ocasional em troca de remuneração.

Figura 4: Evolução dos salários mínimos reais por sector de actividade 2005–2013



Das entrevistas feitas em alguns bairros de Maputo, constatou-se que, face à subida dos preços dos produtos alimentares, as famílias não têm outra opção a não ser a eliminação dos bens considerados menos prioritários e a redução significativa da frequência de consumo de outros alimentos (como é o caso do frango, que por sua vez já é alternativa à carne de vaca, dos ovos e de outros alimentos necessários para equilibrar a dieta alimentar) por incapacidade financeira de os adquirir. Segundo os entrevistados, são poucas as famílias

que conseguem substituir um alimento por outro mais acessível, e os que conseguem estão relativamente bem, pois isso revela que ainda têm alguma margem de manobra. Na generalidade, as famílias reduzem o seu nível de consumo dos produtos básicos por via da redução do número de refeições diárias. Outros ainda, sobretudo os agregados familiares com crianças menores, providenciam refeições à base de arroz ou massa esparguete sem acompanhamento (caril), no intuito de apenas satisfazerem a fome das crianças ao longo do dia.

Em Moçambique o número médio de membros por agregado familiar é de cinco pessoas. Considerando essa composição média da família, a Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM) tem estimado o custo mensal do cabaz básico²⁷ para em função disso negociar o aumento dos salários mínimos, uma base que as autoridades governamentais e patronais se escusam a considerar. Em 2012, o custo do cabaz básico por agregado familiar foi estimado em 8021,50 MT, contra a média²⁸ dos salários mínimos nominais aprovados, que foi de 3304,71 MT.

Alguns dos entrevistados enfatizaram o seu descontentamento e frustração em relação ao custo de vida e acesso à alimentação. Por exemplo, um técnico sindical disse que:

“A evolução dos salários mínimos não é satisfatória, pois ainda não é suficiente para adquirir o cabaz desejável para uma família de cinco pessoas. Vemos que o governo não assume como responsabilidade regular e proteger o produtor de riqueza. Quando o governo nos apresenta dados de postos de trabalho criados, nós perguntamos “que tipo de trabalho?”. O que nós queremos é abandonar a negociação de salários com base nas percentagens e passarmos a negociar com base no cabaz básico. Mas o governo insiste em negociar com base na inflação média e no crescimento do PIB por sector. Quantos cidadãos estão em condições de tomar leite? Quantos quilogramas de arroz o cidadão é capaz de comprar? O país não tem uma política de emprego; hoje o emprego é atribuído de pessoa para pessoa e cheio de corrupção.” (Técnico sindical sénior)

27 Que compreende os seguintes produtos e quantidades consumidas por pessoa: arroz (2,5 Kg), farinha de milho (2,5 Kg), feijão manteiga (1,5 Kg), amendoim (2 Kg), peixe de 2ª (3 Kg), vegetais e legumes (5 Kg), pão (6 unidades), óleo vegetal (1,5 L), açúcar amarelo (1,5 Kg), carvão (1 saco), petróleo de iluminação (1 L), transporte (2 deslocações/2 pessoas/dia) e sabão (1 unidade).

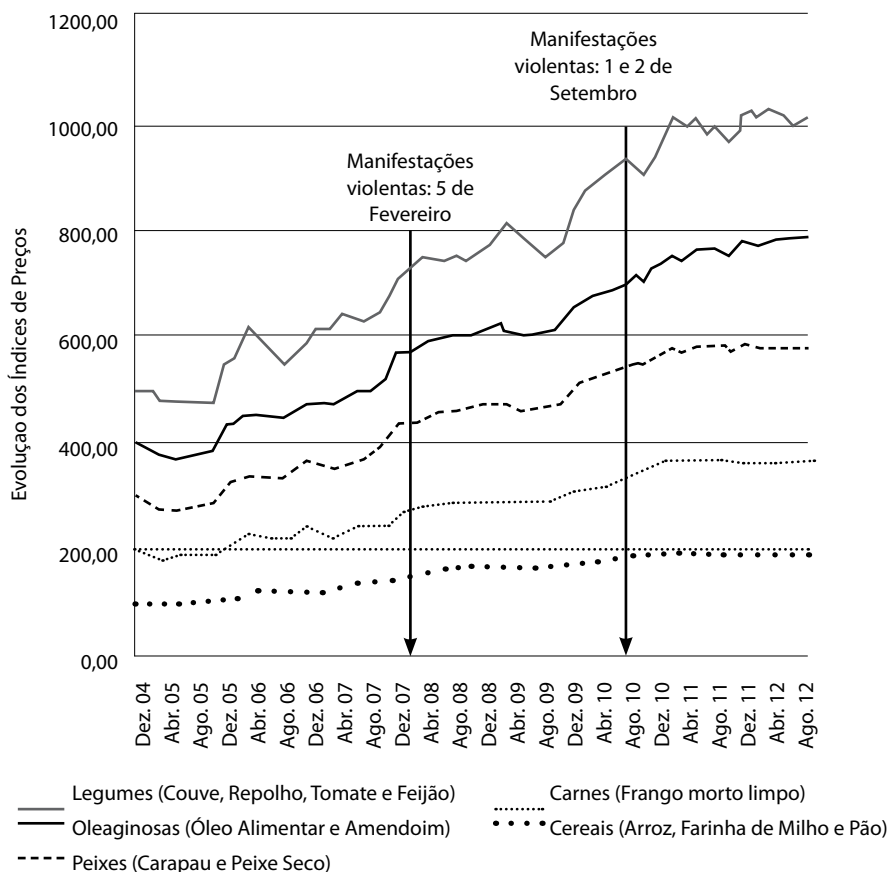
28 Desde o ano 2000 em Moçambique passou-se a definir dois salários mínimos, sendo um para a agricultura, pecuária, caça e silvicultura, e outro para a função pública, indústria, comércio e serviços. Em 2008 houve uma maior desagregação pelos nove subsectores definidos e suas categorias, passando a existir cerca de 11 salários mínimos. Em 2011 e 2012 acrescentaram-se duas outras categorias de salários mínimos, passando a existir 13 salários mínimos dos quais se apresenta a média para efeitos de simplificação. Neste ano (2012) o menor salário mínimo nominal é registado no sector 1 que corresponde a “agricultura, pecuária, caça e silvicultura” de 2300,00 MT; e o maior salário mínimo nominal é registado no sector 8 que corresponde as “actividades financeiras”, sendo este de 6171,00 MT.

Um outro entrevistado, residente no bairro Ferroviário, em Maputo, que revelou ter trabalhado em várias áreas, expressou o sentimento comum descrevendo a sua condição individual nos seguintes termos relativamente ao acesso à alimentação e condições de renda:

“(...) é que alimentação não é suficiente devido o salário. Porque (...) quando eu recebo o meu salário, chego na loja e primeiramente é comprar um saquito de arroz, que é a base. Compro óleo, uns três litros, saio daí e tenho que ir comprar essa coisa de caldo, cebola, coisas que não apodrecem facilmente, e, aí basicamente o salário já acabou, não fica nada. Mas prefiro também comprar ovo para comer. É uma necessidade. Comprar um frango é uma necessidade, carne de vaca, de porco, mas o dinheiro já não chega. Então, automaticamente estamos a viver uma vida difícil porque esses produtos são necessários para a pessoa se alimentar bem, mas não conseguimos. Alimentamo-nos mal. Compro um saquito de arroz e não consigo comprar pelo menos uma lâmina de peixe. Então com o que é que tenho que variar? Tenho que variar com essas coisas de ervas, couve, mboa, tseke, não sei quê, e as coisas mais baratas que nem nos dão vitamina, como magumba, esses peixinhos assim que está à volta de 10 a 20 MT. Então, estamos a sobreviver disso aí! As coisas mais importantes que nos dão vitamina não conseguimos devido o salário. Mas a vemos: isso é uma tortura psicológica, o governo está nos a torturar psicologicamente, eles sabem muito bem, porque também fazem compras. (...). Porque além dessas coisas básicas alimentares tenho que pagar água e energia. Tenho crianças que vão à escola e precisam de pasta, cadernos, lápis de côr, aquarelas e muitas coisas por aí. Então esse dinheiro não nos leva a lado nenhum. Eu lamento muito mesmo, mas o governo sabe. O salário não ajuda mesmo. (...) Está ver o que é receber salário e não poder tomar nem um refresco só, mesmo!? Acabar um mês sem comer um ovo, batata. O que é isso aí!? Eu posso até dizer que no tempo colonial a vida era muito melhor em termos de alimentação, saúde etc.! Meu pai me dava seis Escudos e eu comprava tudo isso, batata, frango, carne, e outras coisas. Meu pai recebia 240,00 Escudos, mas era um salário que até lhe sobrava dinheiro para ir bater uns copos na cervejaria.” (Residente no Ferroviário)

Essas passagens ilustram o sentimento popular no seio dos adultos trabalhadores e reformados residentes nos três bairros visitados (Maxaquene, Chamankulo e Ferroviário). Por sua vez, os jovens revelaram-se desesperados e preocupados com a falta de emprego e o elevado custo de vida que os tem obrigado a viver à base de verduras. As mulheres abordadas, não só apontam a falta de emprego e os baixos salários, mas também se referiram à escassez de dinheiro para fazer face à constante subida de preço dos bens alimentares (fig.5).

Figura 5: Variação do Índice de Preços ao Consumidor por tipo de produto – Cidade de Maputo

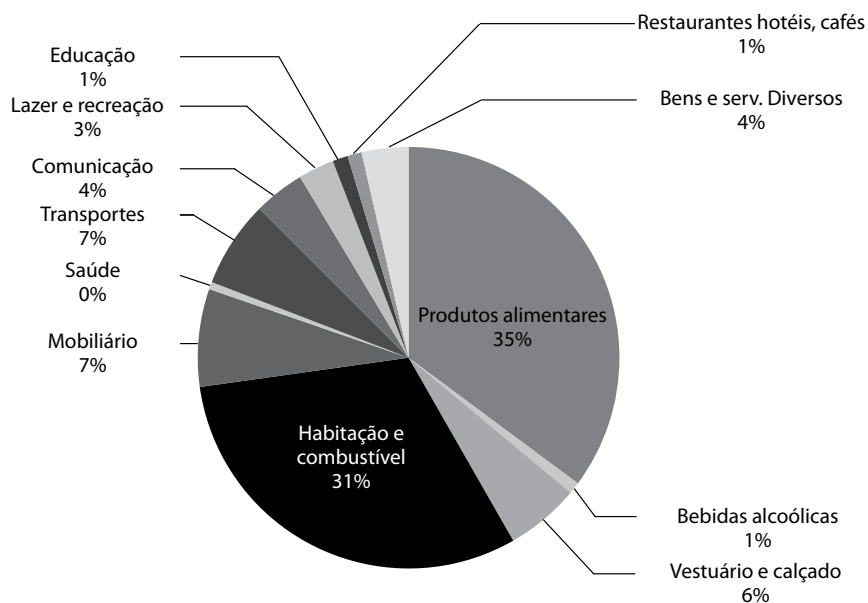


Fonte: INE Dados do IPC – série de índices elementares de Maputo

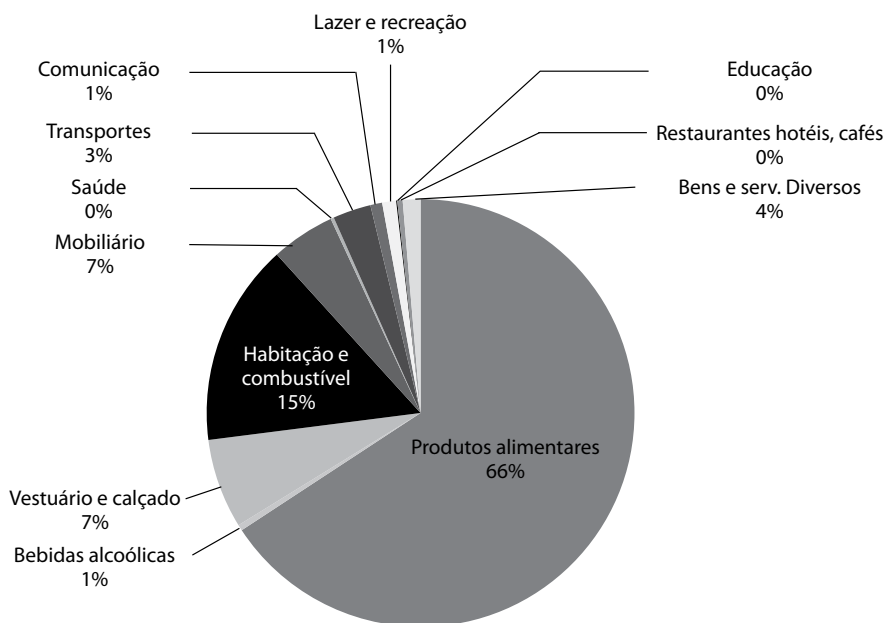
Como se pode ver na figura 6 A e B, dados do Inquérito sobre o Orçamento Familiar de 2008/09 mostram que maior parte do rendimento das famílias é gasto em produtos alimentares, tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais. Este aspecto é tanto mais importante, quanto, como mostrou Wuyts (2011) e se pode ver na figura 7, a taxa de crescimento média anual do Índice de Preços ao Consumidor (que serve de base para a determinação da taxa de inflação), apresenta uma tendência claramente superior para os bens alimentares em relação aos restantes a partir de 2007. Isto significa em termos práticos que as famílias mais pobres (porque gastam uma maior parte do seu rendimento em alimentação) sofrem, de facto, um maior impacto da inflação (para elas a inflação é superior à inflação média oficial) que as famílias de rendimento médio e alto.

Figura 6: A e B: Despesa média mensal dos agregados familiares no sector Urbano e Rural 2008–2009

A: Sector urbano

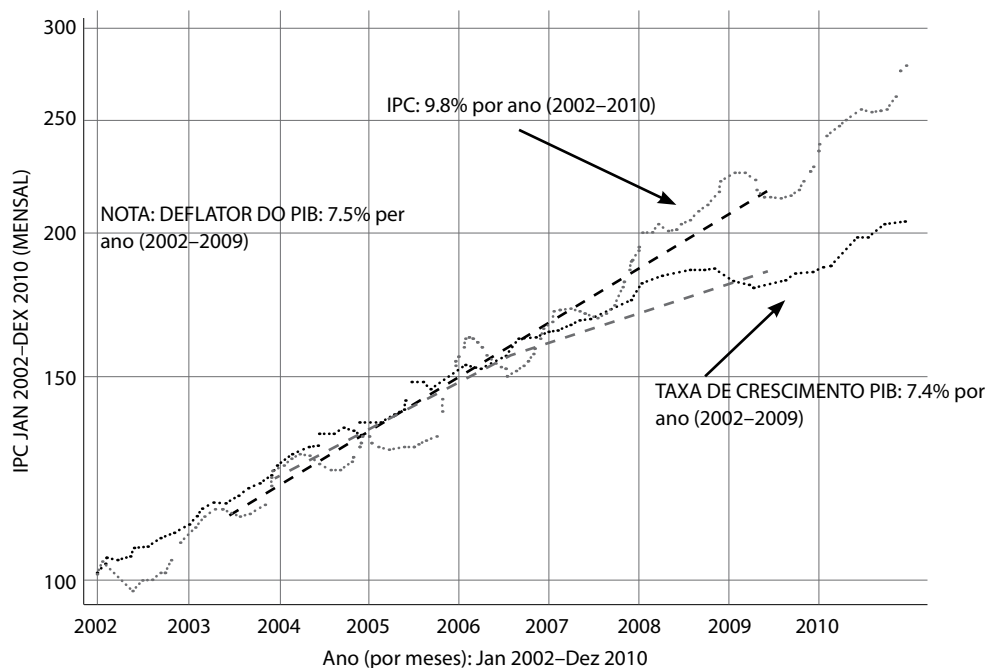


B: Sector rural



Fonte: IOF 2008/09

Figura 7: Índice dos preços ao consumidor de bens alimentares versus outros bens (Janeiro de 2002 a Dezembro de 2010)



Fonte: Wuyts, 2011

A despesa média mensal no sector urbano foi avaliada a preços correntes em cerca de 5223,00 MT, sendo as principais despesas por ordem crescente: alimentação (35%), habitação e combustível (31%), transporte (7%) e mobiliário (7%), seguidos de comunicação e bens e serviços diversos com o mesmo peso de 4% cada.

Curiosamente no sector rural, onde as famílias produzem e consomem a maior parte dos seus alimentos, os dados do IOF 2008/09 indicam que 66% das despesas destas famílias recai sobre produtos alimentares, o que representa quase o dobro do peso das despesas em alimentação que os agregados familiares nas zonas urbanas incorrem (fig. 6 A). Porém, essa percentagem pode induzir em erro, pois o total da despesa média mensal dos agregados familiares das zonas rurais (estimada em 2466,00 MT) é quase duas vezes mais baixa que a das zonas urbanas, sendo 1621,00 MT usados em bens alimentares, contra os 1876,00 MT que são usados em bens alimentares pelos agregados familiares nas zonas urbanas. Isto significa que os agregados familiares das zonas rurais, ainda que tenham maior acesso à terra e produzam parte da sua alimentação, compram uma parte dos bens alimentares, o que os torna também vulneráveis aos choques de preços dos produtos alimentares (FAO, 2008).

Em muitos casos as famílias rurais embora produzam parte dos seus alimentos, vendem uma parte significativa (sobretudo das culturas perecíveis) para as que adquirem mais tarde por via do mercado, da mesma maneira que adquirirão outros bens alimentares que não produzem e cujo preço está a subir. Esta situação tende a fazer subir os preços de bens agrícolas produzidos localmente, tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais,²⁹ ainda que seus custos de produção não tenham variado. Em parte, isso explica a tendência de subida dos preços de todos os bens alimentares ilustrada pela figura 5.

O acesso a alimentação nas zonas urbanas e rurais tem, pois, vindo a reduzir devido ao fraco crescimento da produção interna e às subidas de preços dos produtos alimentares. No entanto, esta redução do acesso à alimentação é mais gravosa nas zonas urbanas em consequência da fraca, ou inexistente, produção para o autoconsumo, o que força a quase total dependência de aquisição dos alimentos por via da compra. Esta situação torna os pobres urbanos mais vulneráveis aos choques de preços. Por seu turno, ainda nas zonas urbanas, os agregados familiares que dependem unicamente de salários e ordenados fixos são relativamente mais vulneráveis que os que vivem de pequenas actividades comerciais no sector informal, pois estes últimos têm uma certa capacidade para ajustar os rendimentos através do reajuste dos preços (embora não deixem por isso de ser vulneráveis e vítimas das subidas dos preços a médio prazo).

29 É o chamado fenómeno da inflação induzida: quando os preços dos produtos sobem acompanhando a subida de preços dos outros bens necessários ainda que os seus custos de produção não tenham inicialmente variado (à altura da fixação de preços mais altos, podendo variar *a posteriori*).

5. Revoltas Populares

Desde 2007, Moçambique viveu vários episódios explosivos de mobilização popular (2008, 2010 e 2012) em que os factores de revolta têm sido, juntamente com o custo do transporte, o sentimento da desigualdade crescente e a cada vez mais visível corrupção, os aumentos dos preços dos alimentos. Embora se tenham espalhado, com menor intensidade, para outras cidades, o berço e palco principal dos protestos foi o grande Maputo, uma área metropolitana abrangendo a capital, Maputo, e a cidade satélite da Matola, com uma população de cerca de dois milhões de habitantes.

No início do ano de 2008, o governo moçambicano decidiu aumentar o preço dos combustíveis para compensar o aumento de preços de importação desses produtos.³⁰ Esta decisão levou os operadores privados de transporte público (Chapa 100) a fazerem um reajustamento das suas tarifas, correspondendo a um aumento variando entre 33% e 50%. Neste mesmo período, já tinha havido um aumento do preço de alguns produtos alimentares, com destaque para o pão, cujo preço tinha subido de cerca de 12,5%. Estas medidas resultaram, no dia 5 de Fevereiro, depois de alguns dias em que circularam amplamente mensagens sms apelando à “greve”;³¹ numa onda de violentos protestos populares (bloqueamento das principais estradas com obstáculos diversos e pneus incendiados, saque de lojas, principalmente de alimentação, e viaturas queimadas ou apedrejadas nos locais de maior concentração de manifestantes) que paralisaram totalmente, durante três dias, as cidades de Maputo e Matola.³² Os protestos terminaram quando foi tomada a decisão de manter o preço dos transportes inalterado, o que foi possível depois do governo ter negociado com os transportadores uma série de benefícios compensatórios, nomeadamente a retirada dos 17% do IVA sobre o gasóleo.³³

30 O preço do gasóleo foi agravado em 14%, o do petróleo de iluminação em 19% e o da gasolina em 8,1%.

31 O termo “greve” foi muito utilizado pelos participantes e pelos cidadãos comuns para designar os protestos. Evidentemente, não se tratou de uma greve no sentido clássico, mas pode-se entender o uso da palavra como a expressão da dimensão reivindicativa do movimento face a um “patrão”, o governo, que (tal como o patrão de uma empresa em relação aos seus trabalhadores) seria responsável por garantir a todos os cidadãos as condições mínimas de uma vida digna

32 Iniciativas de protesto que logo se esboçaram nalgumas outras cidades foram imediatamente reprimidas e abafadas pela acção da polícia. Embora não haja estatísticas exactas, calcula-se que terá havido mais de uma dezena de vítimas mortais da acção da polícia e prejuízos materiais superiores a 100 milhões MT.

33 Em princípio, esta medida aplicar-se-ia apenas aos operadores que apresentassem prova de licença de operação, situação fiscal regularizada e registo dos consumos de combustível. Não está claro como ela foi efectivamente aplicada para os numerosos transportadores cuja situação não era totalmente regular. Aparentemente, a prática do “encurtamento de rotas” (interrupção do percurso definido antes do terminal), que foi crescendo desde então, terá sido a forma encontrada pelos transportadores para compensarem a manutenção do custo do bilhete.

Nos dias 1 e 2 de Setembro de 2010, depois de circularem mensagens sms apelando à “greve”, tal como tinha sido o caso em 2008, aconteceu o segundo grande episódio de protestos de rua,³⁴ desta vez contra o aumento anunciado do custo do pão e outros produtos básicos. O preço do pão subia em 17%, a electricidade de 13,4%, a água em dois meticais por metro cúbico, a gasolina em 8%, o gás doméstico em 7,9%. Produtos alimentares como o arroz, o tomate e a cebola, entre outros, também sofriam aumentos significativos, assim como os combustíveis. Mais uma vez se repetiu o cenário de violência que se tinha registado em Fevereiro de 2008, com perto de uma dezena de mortos e centenas de feridos, para além de grandes prejuízos materiais. E, tal como em 2008, o governo acabou por rever as suas decisões, congelando preços e anunciando subsídios, entre outras medidas.

Em 15 e 16 de Novembro de 2012, a cidade de Maputo voltou a ficar paralisada durante um dia e meio, devido à ameaça de tumultos em consequência do aumento anunciado da tarifa dos transportes. No entanto, não se registaram as habituais situações de violência, pois a polícia estava reforçada e presente em todos os pontos críticos. Para além disso, as empresas de telefonia móvel restringiram as comunicações, dificultando assim o alargamento de um movimento que podia sair do controle policial a qualquer momento.

Porquê Maputo?

Numa grande cidade, onde o nível de educação e o acesso à informação são claramente superiores à média nacional,³⁵ o desemprego, a pobreza, as desigualdades, para além do

34 Em termos de locais, os *media* demonstram que as manifestações foram generalizadas em Maputo e Matola. Os populares revoltaram-se nas principais ruas que dão acesso ao centro das duas cidades: Zona de Xiquelene, Chamanculo, Benfica, Magoanine, Zimpeto, Malhazine, Missão Roque, Bagamoyo, Lhanguene, Drive In, Laulane, Hulene, Infulene, Inhagoia, Nkobe, Praça dos Combatentes, Praça da Juventude, Praça da OMM, Praça 21 de Outubro, Jardim, Quilómetro 15, Luís Cabral, Zona da Portagem, Zona Verde, T3, Manduca, Machava, Liberdade, Quinze, Mercado Santos, Zona da BIC, Matola, Matola Santos, entre outras. Fora de Maputo e Matola, elas ocorreram sem grande eco nas cidades da Beira (Rotunda do Chipangara, Av. Armando Tivane, Av. Samora Machel, Prédio da TVM e Casa Provincial de Cultura de Sofala), Chimoio (Mercado Francisco Manyanga, Quedas, Chimoio Tambara 2, Vila de Gondola), Manica, e Nampula, Chibuto, Macia, Maxixe, Xai-Xai. No caso de Chókwè, elas ocorreram na entrada da cidade junto ao mercado Senta-Baixo, na Estrada Nacional nº 205.

35 No que respeita à educação e alfabetismo, Maputo tem uma taxa de escolaridade mais alta do que as áreas rurais e outras áreas urbanas. Se a taxa média de analfabetismo é de 48,4% no meio urbano, contra os 81,1% do meio rural, em Maputo é de cerca de 40,3% (Paulo et al 2008). Enquanto que a média nacional de cidadãos com formação primária é de 32,4% e apenas 5,8% tem nível ensino secundário ou universitário, em Maputo, as taxas ascendem a 45% e 14,1%, respectivamente (INE, 2007). Para além disso, é em Maputo que se encontra a maioria dos órgãos de informação (públicos e privados), desde rádios e televisões até jornais, parte dos quais com cobertura limitada a esta cidade. Dados do Município de Maputo para 2010 indicam que pelo menos 18% dos habitantes da capital tem acesso a computador, internet ou celular, o que não é menos relevante, sobretudo numa era em que as tecnologias de informação vão ganhando cada vez mais importância, incluindo na mobilização popular.

bloqueio, ou inexistência, de mecanismos de diálogo entre os cidadãos e as autoridades governamentais, contribuem para que os cidadãos se vejam obrigados a adotarem os protestos violentos como meio de expressão da sua frustração em relação à ineficiência das políticas governamentais para os protegerem dos efeitos das subidas bruscas e fortes do custo de vida. Note-se que, para além de ter as melhores estatísticas médias do país em termos de indicadores de desenvolvimento e bem-estar, o grande Maputo tem, sobretudo, a maior concentração de pobreza a nível nacional. Com efeito, o estudo de Paulo et al (2008) já havia demonstrado a existência de um paradoxo entre as relativas condições superiores de Maputo em termos de emprego, rendimento, educação e saúde, por um lado, e, por outro, a elevada contagem de pobreza baseada no consumo e os fracos indicadores nutricionais. As autoras avançaram três hipóteses explicativas:

[A] actual insegurança e instabilidade do emprego e rendimento tanto formais como informais, que afectam as opções das pessoas no que respeita ao planeamento estratégico e despesa. Uma segunda explicação é o aumento real dos custos de necessidades básicas como terra, habitação, água, electricidade e transportes, que forçou a população a gastar menos do seu rendimento com comida. Uma terceira possível explicação, que não pode ser devidamente testada dentro dos limites do presente estudo, são as altas taxas de pobreza nas províncias vizinhas, que podem ter conduzido ao incremento da migração dos rurais pobres para Maputo e à redução do acesso aos géneros alimentícios rurais por parte dos urbanos pobres. (Paulo et al, 2008, p. 4).

As taxas de pobreza na capital são, pois, elevadas. Depois de se ter verificado um aumento de 47% para 53% entre 1996/7 e 2002/3, contrariando as tendências (de redução) das taxas de pobreza urbana e rural que, no mesmo período, passaram de 62% para 51% e de 71% para 55%, respectivamente, em 2008/09, as taxas de pobreza oficial em Maputo eram ainda de cerca de 36%. Ao mesmo tempo, em Maputo há diferenças substanciais na receita e na despesa entre os que estão em melhor situação e os pobres. O coeficiente de Gini total é de 0,7 e, embora o quintil mais alto tenha um rendimento per capita de 4 315,00 MT, o valor equivalente para o quintil mais baixo é de 388,00 MT, muito baixo num cenário mercantilizado como Maputo (Tvedten et al, 2013). É mesmo por ser mercantilizado que o emprego e o acesso ao dinheiro é uma condição básica para a sobrevivência na cidade de Maputo:

Talvez a característica mais distinta da vida em Maputo seja o ponto até ao qual o dinheiro é essencial para satisfazer necessidades básicas, assim como para estabelecer e manter relações sociais vitais. Os mais pobres têm problemas para manter relações com os membros da família alargada, que muitas vezes vivem em áreas rurais ou noutras partes da cidade; têm pouco para oferecer em outras relações recíprocas personalizadas; têm problemas para conseguir emprego e criar as suas próprias fontes de rendimento; e frequentemente falta-lhes o capital social necessário e o 'bilhete de entrada' para relações com instituições do estado e da sociedade civil. (Paulo et al, 2008, p.iii)

As camadas mais pobres da cidade de Maputo são igualmente caracterizadas por apresentarem níveis de dependência elevados e pela sua incapacidade de manter ligações com as suas áreas rurais de origem e de tomar parte nas trocas urbano-rurais, consideradas centrais na sobrevivência da população (Tvedten et al 2013). Como nota o autor, a “fraca mobilidade entre as categorias e a percepção disso, de estar cativo na pobreza, e de não ser capaz de tomar parte no que a cidade tem para oferecer, está no âmago da actual insatisfação entre as pessoas pobres dos bairros pobres de Maputo” (Tvedten et al, 2008, p.4). É em bairros como Inhagoia, Chamanculo, Benfica e Magoanine que as revoltas populares são mais intensas. É nesses bairros que se concentram os chamados cativos e encurralados da pobreza. Mas, nesses mesmos bairros, são, sobretudo, os jovens que mais dinamizam as revoltas. São jovens maioritariamente em *waithood*, uma espécie de “[...] adolescência prolongada ou uma demora involuntária em alcançar o estado de adulto” (Honwana, 2013, p. 5), sem emprego formal ou com emprego precário, sem poder construir, comprar ou arrendar uma casa, sem poder casar, constituir e alimentar uma família, etc.

Protestos, Mobilização e Participantes

Os protestos populares tiveram sempre uma origem anónima. Com efeito, a mobilização foi feita através de mensagens sms que circularam de forma viral nas redes de telefonia móvel e nas redes sociais (Facebook), meios de comunicação e de expressão em rápido desenvolvimento no país, que abrangem praticamente todas as camadas sociais (particularmente o acesso aos sms), e cuja natureza torna o seu controle difícil por parte do governo.

É opinião comum que os sms exerceram um forte papel na mobilização popular para aquilo que inicialmente se chamou de “greve”. Aparentemente, segundo se pode deduzir das declarações de um jovem entrevistado, os sms teriam começado a circular depois de algum debate nas redes sociais:

“As más notícias não demoram a alastrar. Eu por acaso recebi por via de uma mensagem. Mas se me perguntarem de onde é que vinha a mensagem, eu não saberei responder. Só recebi a mensagem. Isto para dizer que houve um meio de difusão desse próprio espírito de insatisfação das pessoas por via de mensagens. Temos também redes sociais. É preciso saber que esses meios constituem grandes plataformas de difusão de informação. E as pessoas, nessas redes sociais, iam dando o seu parecer sobre o custo de vida. Na altura em Moçambique, o Facebook não tinha o seu peso, mas já existiam outros meios como o “msn” e “mig33”, onde as pessoas iam trocando mensagens, conversavam, e isso também gerou, na minha óptica, uma grande insatisfação.” (Entrevistado de Chamanculo).

As mensagens que anunciavam a “greve” começaram a circular dias antes das manifestações nas redes sociais e através de mensagens sms. Em 2008, as autoridades foram surpreendidas,

pois não estavam à espera que os populares se revoltassem, principalmente numa região em que a simpatia política em relação ao partido no poder, a Frelimo, tendia a ser historicamente muito forte.³⁶ Em 2010, já houve maior atenção por parte do governo ao anúncio da “greve”. Desta vez a reacção policial foi mais rápida, ainda que tenha sido confusa e mal executada. Neste ano, por exemplo, o Ministério do Interior tentou nas vésperas acalmar, ou desmobilizar, os populares dizendo que a suposta “greve” não era legítima, uma vez que não havia recebido nenhum pedido de manifestação, conforme recomenda a lei, pelo que a mesma não se realizaria. Esta posição foi igualmente sustentada pelos transportadores rodoviários. Embora existisse este discurso das autoridades ligadas ao poder apelando à calma e às pessoas para se dirigirem aos locais de trabalho e prosseguirem com as suas actividades normais, prevaleceu o sentimento que as manifestações eram a única forma de reivindicar ao governo o direito a melhores condições de vida:

“O espírito das mensagens lançavam pedras ao governo actual, ao governo do dia, e este mesmo Governo do dia, não vou citar nomes, mas se dizia que era um governo de pessoas intransigentes, intolerantes, que não tinha nada a ver com a causa do povo e nem com a democracia, porque um dos pilares da democracia é o pleno respeito aos direitos humanos: o direito à saúde e o direito à alimentação fazem parte dos direitos humanos. Então, sendo assim, falava-se de um Estado desrespeitador dos direitos humanos.” (Entrevistado de Chamanculo).

A questão se era ou não uma greve é evidente nos discursos populares. É verdade que as manifestações tiveram no imaginário colectivo a ideia de greve. Mas a forma como ela se desenvolveu não se pode identificar com uma greve no sentido clássico do termo. Ela tem que ser percebida numa dimensão reivindicativa. Os *media* usaram uma grande variedade de termos para designar os protestos, nomeadamente: greve, manifestações populares, protestos, revoltas, levantamentos populares, movimento social, distúrbios, convulsão social, demonstrações, motins, rebelião, levantamento, abalo social, tumultos, sublevações, turbulências, agitações, sismo social, vandalismo.

Algumas canções de protesto, especialmente do músico Azagaia, foram consideradas pelas autoridades como sendo incitações aos protestos. O semanário Savana, por exemplo, criticou duramente a Procuradoria da República, acusando-a de tentar impedir o exercício da liberdade de expressão quando esta instituição acusou o músico moçambicano Azagaia de instigar as manifestações com a sua música “Povo no Poder”, que aborda a difícil situação vivida pelo povo moçambicano face ao aumento do custo de vida. A letra desta canção, lançada depois das manifestações de 2008, foi publicada na íntegra pelo semanário Savana em 2010 (Savana, 3/9/2010).

36 Desde as primeiras eleições multipartidárias (1994) até às eleições de 2004, a Frelimo sempre obteve votações próximas dos 90% em Maputo e Matola.

Embora a mobilização tenha sido forte, tanto em 2008, como em 2010, parece evidente que em nenhum dos dois casos houve uma liderança organizada, como o exprime um entrevistado:

“é impossível decifrar o cabecilha da manifestação aqui no bairro, é impossível detectar o rosto das manifestações, dizer que a pessoa chave desta manifestação é esta pessoa.” (Entrevistado de Chamanculo).

Os entrevistados apontaram que, directa ou indirectamente, uma parte importante dos moradores dos locais onde os focos das manifestações ocorreram participou nelas. Os discursos indicam ainda que muitas famílias ficaram beneficiadas por algum tempo dos alimentos saqueados e pilhados nas lojas e armazéns. Pelo facto de os residentes abordados afirmarem que passavam fome, muito por culpa do governo que nada fazia para minimizar a situação (por exemplo, criando emprego para os jovens e equilibrando os salários dos trabalhadores ao nível de vida), aderir às manifestações parecia uma solução momentânea ao problema da falta de comida, conforme se podem apreender destes dois comentários:

« Há famílias aqui que ficaram meses sem comprar arroz, porque roubaram muitos sacos. E também o arroz que foi roubado, algumas famílias vendiam a um preço mais barato (...) Eu comprei uns dois sacos a 11400,00 MT, de 50 quilos. Então eles saqueavam e tiravam a um preço banal. Muita coisa. Isso era para mostrar que o preço tinha que arrear. Mas não é fácil arrear, não é fácil. (Entrevistado do Ferrovário).

“Eu não participei (...) Alguns *brothers* participaram. Jovens, senhoras, miúdos, muitos miúdos participaram.” (Entrevistado de Ferrovário).”

Dada a difícil situação da pobreza urbana, não foram só os populares que se fizeram às manifestações. Houve também polícias, que deveriam estar a garantir a lei e ordem públicas, a participar e tirar proveito delas:

“Essa zona estava cheia de coisas. Sacos, tu vias pessoas a carregar! Houve pessoas que carregaram congelador-duplo, cheio de coisas, carne (...) a polícia também é humana papá. Vê que o povo tem razão. É a situação (...) Há outros até que entravam nessas casas, tiravam a roupa, e ficavam normais, porque viam que não há maneira. Isso é a realidade. Alguns polícias roubavam também, porque eles precisam. Está mal isso. Eh!! Aqui está mal. O senhor não vê um ‘cinzentinho’ simples a andar?! Ele também passa mal, passa mal também. Passa mal mesmo.” (Entrevistado de Ferrovário).

6. Discursos e Representações sobre os Protestos Populares

Enquanto os participantes foram para as ruas manifestar o seu desagrado em relação às difíceis condições de vida, uma grande parte dos *media* deu visibilidade e notoriedade pública às suas acções e contribuiu para a formação do debate público sobre a questão. No entanto, os *media* públicos (controlados pelo partido no poder) seguiram em geral a linha governamental, que denunciava o movimento não só como ilegal e ilegítimo, mas também como um entrave ao desenvolvimento do país.

O discurso dos manifestantes desenvolve-se essencialmente à volta de duas temáticas: o custo de vida e a relação dos cidadãos com o Estado. No que diz respeito ao custo de vida, as entrevistas mostram que a motivação dos populares para se revoltarem contra o governo resultou da insatisfação em relação à situação do elevado custo de vida e do desequilíbrio salarial em relação a esse aumento:

“tentando entrar no espírito do próprio indivíduo, que nos discursos do ministro Pacheco, ele chamava-lhes de vândalos (ehh), eu penso que o que estava por trás dessa vandalização é a insatisfação (...) As pessoas sentiam o peso, quer dizer, um indivíduo que ganha 2,800, tem cinco filhos, uma esposa! Este salário, a priori, é ínfimo para sustentar a própria família, e não via outra forma senão pilhar os recursos para poder minimizar um pouco a situação lá em casa. Se analisarmos, as pessoas procuravam levar bens alimentares, pilhavam sacos de arroz, óleo (...) produtos como computadores eles partiam só, e deixavam. Só levavam os produtos alimentícios. Isso para tentar dizer que o que está por detrás é essa crise alimentar que levou com que as pessoas se manifestassem.” (Entrevistado de Chamanculo)

De notar que no primeiro momento das manifestações, iniciado a 5 de Fevereiro de 2008, embora os manifestantes protestassem basicamente contra a subida do preço do transporte, tinha havido nesse mesmo ano o agravamento do preço de produtos alimentares e ainda o anúncio da futura subida de um dos produtos mais básicos da alimentação popular, o pão.³⁷ Por sua vez, em Setembro de 2010, as manifestações incidiam principalmente no aumento do custo do pão e também de outros produtos básicos. Nos dois casos, os populares sentiram a necessidade de manifestar pois, de acordo com a maioria dos entrevistados, “já vinham reclamando, a subida do próprio preço do transporte, arroz, óleo, energia, água, entre outros. Face a esta situação, os populares consideram que o governo devia apresentar uma solução concreta, controlando a alta dos preços dos produtos e serviços

37 As notícias davam conta que o preço do pão de 200g, passaria a custar 50 centavos mais caro em relação a Setembro de 2007 (altura em que o pão custava quatro meticais).

básicos e regularizando o desequilíbrio existente nos rendimentos dos trabalhadores em relação aos preços:

“Isso era dirigido ao próprio governo, para ele tomar medidas, para ele ver que o está a fazer são ‘cagadas’; para tomar medidas. É verdade, era para ele tomar boas medidas; nós quando fizemos aquilo era para o governo relaxar com o preço, porque o preço é que mata aqui em Moçambique. É chapa, é o arroz, o carvão, coisas básicas é que estão muito caras. É complicado, não é fácil. E também não é fácil trabalhar e receberes um salário que tem a ver, que tu vais conseguir fazer um rancho, um básico, vais conseguir fazer os teus planos. Isso não é fácil (...)”
(Entrevistado de Ferroviário).

Grande parte dos populares demonstrou um sentimento de frustração e exaustão por falta de respostas do governo aos seus problemas, principalmente os que têm sido veiculados através dos chefes dos quarteirões e secretários do bairro. Daí a frustração dos mais vulneráveis e a total perda de confiança nas instituições do governo, incluindo o sistema eleitoral. A observação no terreno permitiu constatar a realidade concernente às condições alimentares miseráveis, sobre as quais muitos cidadãos se expressaram ao longo das conversas e entrevistas. Na sua generalidade, verifica-se que houve ao longo dos anos uma mudança de hábitos alimentares forçada pela incapacidade financeira de prover comida, que consiste na diminuição das três refeições básicas (pequeno almoço – “matabicho”, almoço e jantar) para apenas uma refeição pesada ao jantar. As outras duas refeições ficaram praticamente extintas, sobrevivendo parcialmente o almoço composto alternativamente pela refeição do dia anterior, designada por “xiquento”, pão, salada ou chá, quando possível. Isto porque não há dinheiro para comprar refeições mais dignas e equilibradas, dados os altos preços dos alimentos nos mercados. Para a maioria dos entrevistados era óbvia a contradição entre esta difícil situação de pobreza e o prometido “futuro melhor”, propagandeado durante as campanhas eleitorais do partido no poder.

No seu relacionamento com as autoridades do governo, os interlocutores revelaram não possuir conhecimento sobre como discutir as políticas públicas relacionadas com a questão alimentar, ou como usufruir de seus direitos e expressar a sua insatisfação em relação à falta deste conhecimento. Em relação à alta dos preços dos alimentos, por exemplo, muitas foram as alegações de haver um hiato de comunicação entre o governo e a população em geral.

“É lógico justificar a subida de preços, mas é preciso transparência (...) Ouvi uma vez, na televisão, o ministro da planificação, o Aiuba Cuereneia. Ele é formado em economia, não tenho a certeza. Ele explicou, trouxe conceitos económicos a explicar o porquê da subida dos preços. Falou da inflação; vários termos técnicos usados ao nível da economia. Falou do crescimento macro e micro económico, falou da redistribuição das riquezas, de várias coisas. Agora é preciso levar esta informação (...) deixar tudo em pratos leves. É preciso clarificar essas coisas para o povo, porque nós temos uma maioria com menos escolaridade. É difícil para um

indivíduo menos escolarizado perceber o que é isso de inflação. Então, é preciso clarificar essas coisas até as zonas mais recônditas.” (Entrevistado de Chamanculo).

A insatisfação popular, que se manifestou por via dos protestos, coincide com os dois últimos mandatos governativos da Frelimo e de Armando Guebuza (de 2005 até aos dias que correm). Os populares consideram que tem havido neste período uma acentuada frustração social derivada das divisões de classes, entre pobres (a maior parte da população, os que trabalham para poder sustentar a sua família, mas cuja situação de pobreza tende a agravar-se) e ricos (pessoas ligadas ao poder político e com boas possibilidades de prosperar). Por outro lado, os discursos populares apontam para uma redução das oportunidades de emprego, bem como para uma ausência de diálogo entre o povo e o governo. Os populares responsabilizam o governo - e particularmente o Presidente Guebuza - pelo facto de nada fazer de concreto em prol do bem-estar e demonstram um saudosismo em relação ao tempo da governação de Joaquim Chissano (e até de Samora Machel, no caso das pessoas mais idosas), períodos durante os quais o custo de vida não teria sido alarmante:

“No tempo de Chissano as coisas andavam calmas. Desde que entrou esse Presidente Guebuza, as coisas estão caras. Mesmo o vencimento está a baixar (...) a economia não está a baixar. Há muitas riquezas, mas comem. Um grupinho! Nem esse dinheiro que dão, 7 milhões, nos bairros, dão entre eles. Quem é dado é o chefe do bairro, do quarteirão. O resto não apanha nada (...) O custo de vida, as pessoas vinham murmurando, nem agora murmuram (...) A maioria vive a vender laranja, a vender badjias. Não há serviço.” (Entrevistado de Chamanculo).

“É por isso que Moçambique um dia vai pegar fogo mesmo. Ah, é verdade. O Povo está a espera de alguém tomar a iniciativa. O povo já está saturado, já está saturado. Está saturado porque é complicado. (...) Mal que entrou, o próprio, o nosso camarada, é complicado. Entrou mesmo para desfazer tudo. Falando sério (...) mal que entrou o nosso camarada Guebuza, na escola, educação é passagem automática. Os miúdos não sabem nada. Ele entrou para pôr uma preguiça mental a todos. É educação, é a saúde, é complicado. Isso não está bem. O país está a desenvolver, mas há certas coisas que não estão no ponto.” (Entrevistado de Ferroviário).

Os *media* desempenharam um papel de relevo no debate público suscitado pelos protestos populares, especialmente durante as manifestações e no período imediatamente posterior.³⁸ Os protestos foram um momento privilegiado para a expressão das opiniões de

38 A análise que se segue reflecte numa perspectiva genérica a cobertura das manifestações por 15 jornais moçambicanos, dos quais três diários impressos (*Notícias*, *Diário de Moçambique* e *O País*), seis diários electrónicos (*CanalMoz*, *Diário de Notícias*, *Ponto Certo*, *Vertical*, *Mediafax* e *Diário do País*) e seis semanários impressos (*Canal de Moçambique*, *Savana*, *Zambeze*, *Magazine Independente*, *A Verdade* e *Domingo*). Ao todo foram analisados 163 artigos.

académicos, alguns políticos dos partidos de oposição³⁹ e outros analistas políticos com acesso aos meios de comunicação social. Quer os artigos jornalísticos, quer as intervenções no debate de personalidades da sociedade civil, foram claras ilustrações da clivagem entre a imprensa pública dominada pelo partido no poder, que procurava fundamentalmente alimentar a ideia da ilegitimidade do movimento e da instrumentalização dos seus protagonistas, e a imprensa “independente”, muito mais aberta à procura de explicações para o fenómeno.

Nos *media*, o termo “manifestantes” foi o mais utilizado, seguido de “jovens” para designar os participantes nas manifestações. Outros termos foram muito usados, nomeadamente “populares”, “desempregados”, “adolescentes”, “crianças”, mas também “grupos vulneráveis” e mesmo “mulheres”. Ainda que de forma geral todos apontassem para as difíceis condições de vida dos manifestantes, aliadas ao elevado nível de desemprego no país e à subida galopante dos preços em geral, com particular destaque para os preços dos produtos alimentares, os *media* próximos do poder utilizaram principalmente termos acusatórios, dado que eles se tinham colocado à margem da lei ao recorrerem a actos de violência. Assim, aparecem com maior frequência os termos de “oportunistas”, “vândalos”, “indivíduos de conduta duvidosa”, “marginais”, “bandidos”, “desordeiros”, “agentes de destabilização”, “agitadores”, “malfeitores” e “aventureiros”, dando uma visão dos acontecimentos que justificava a violência da repressão policial. Os *media* independentes, pelo seu lado, fizeram uma crítica frontal ao governo e à polícia pelo uso de violência extrema, em particular pelo uso de balas reais, para além das balas de borracha e gás lacrimogénico, que fizeram um grande número de vítimas. As críticas estenderam-se também ao Presidente da República, contra a sua indiferença perante os problemas do país e as suas onerosas “Presidências Abertas”. O semanário *Savana*, por exemplo, foi um dos raros que deu conta, em 2010, do esboço de uma dimensão política nos protestos ao noticiar que em alguns locais, junto das barricadas populares, o povo tinha queimado e espezinhado os cartazes com a imagem do Presidente Guebuza (*Savana*, 17/09/2010).

Embora estejamos perante fenómenos de natureza efémera, não organizados e dos quais não resultou nenhuma forma de organização, parece evidente que a maneira como estas revoltas se desenvolveram traduz a incapacidade do sistema político de garantir a existência de um verdadeiro espaço de negociação dos interesses sociais das camadas mais pobres da sociedade e, nesse sentido, podem ser vistos, para além da sua dimensão reivindicativa imediata, como uma nova forma de expressão política e constituem novos elementos no repertório de acção política em Moçambique (Chaimite, 2014).⁴⁰

39 Curiosamente, em nenhuma das três ocasiões (2008, 2010 e 2012) o movimento popular suscitou mais que simples posições de apoio ou rejeição por parte dos principais actores políticos moçambicanos, o que confirma a real desconexão existente entre estes e a grande maioria da população.

40 Tal é também a linha de argumentação desenvolvida por Bertelsen (2014).

7. A Resposta Política: Da Confrontação à Acomodação

Tanto em 2008, como em 2010 e 2012, os protestos populares provocaram, numa primeira fase, uma acção de repressão por parte do governo, na tentativa de os abafar. Assim, a primeira reacção do governo foi de os considerar ilegais e mobilizar as forças policiais para repor a “ordem pública”, como o demonstra o discurso do Presidente da República por ocasião da revolta popular de 2010, reflectindo a concepção e orientação das autoridades governamentais sobre a legitimidade e os actores do movimento protestatário:

Compatriotas queremos exortar-vos para se manterem calmos e serenos e para não aderirem a qualquer tipo de agitação, exortamos ainda a todos os nossos compatriotas para dissuadirem os ingénuos e manterem a vigilância e a denunciarem às autoridades os agitadores, e a preparação ou realização de actos que atentem conta a vida ou contra a ordem assim como contra a tranquilidade públicas. Empenhamo-nos todos no aumento da produtividade nos nossos sectores de actividade continuando assim a fazer da luta contra a pobreza a nossa agenda individual e colectiva (Armando Guebuza, O Governo está consciente da situação em que vive o nosso maravilhoso povo, 1/10/ 2010).⁴¹

Na mesma linha, enquadra-se o discurso do então Ministro do Interior, aquando do início das revoltas de 2010:

A minha primeira reacção é de repúdio, condenação a estes actos que em si são ilegais, violentos e que em nada contribuem para o esforço de todos os moçambicanos que estão empenhados na luta contra a pobreza e acrescentava que as autoridades moçambicanas não cederiam às pressões de aventureiros, desocupados e bandidos que não se apresentam, usam cidadãos inocentes, a grande maioria menores (...) (*O País*, 2/09/2010).

Na mesma intervenção, José Pacheco fez referência à relação entre o custo de vida e o preço dos combustíveis, destacando, contudo, que o preço destes não iria baixar:

Paralelamente, há um pacote de medidas de carácter económico que o Governo tem vindo a tomar no âmbito do controlo de preços, no âmbito de incentivos para que o cidadão possa se assegurar nesta grande pressão de aumento do custo de vida, que tem que ver com o combustível. O combustível não vai baixar, nós não temos nenhum poço onde possamos ir ligar um camião cisterna para tirar petróleo (*Ibid.*).

Embora as declarações acima transcritas se refiram especificamente ao movimento de

41 Disponível em http://armandoguebuza.blogspot.com/2010_09_01_archive.html.

Setembro de 2010, elas reflectem bem a primeira atitude das autoridades governamentais perante os protestos, considerados como sendo obra de marginais, e ajudam a compreender a razão de uma repressão policial extremamente violenta (com dezenas de mortos e centenas de feridos e detidos em 2008 e 2010) e da tentativa de restringir o desenvolvimento dos protestos através do controle das comunicações.

Tanto em 2008 como em 2010, as mensagens sms anónimas, mas amplamente partilhadas, foram fundamentais na mobilização popular. Antes das manifestações, a convocatória era feita por mensagens como a que se segue:

Moçambicano, prepara-te para a greve geral 01/09/2010. Reivindicamos a subida do preço do pão, água, luz e diversos. Envie para outros moçambicanos. Despertar. (SMS de 31/08/2010).

As mensagens sms foram também usadas durante os protestos visando, sobretudo, galvanizar os manifestantes a continuarem, dada a renitência dos governantes em ceder à pressão popular. A mensagem a seguir foi enviada depois da intervenção do Presidente da República, na noite de 1 de Setembro de 2010, condenando as manifestações e apelando à calma:

Moçambicanos, o Guebuza [Armando Guebuza, Presidente de Moçambique] e seus lacaios estão a mentir como sempre mentiram. Não paremos com a greve até que o governo adopte medidas para a redução do custo de vida. A luta continua.

Numa tentativa de reduzir o impacto dos protestos e o seu potencial de extensão a novas áreas, o governo decidiu mandar as operadoras suspender os serviços de mensagens dos telefones celulares pré-pagos. E, alguns dias mais tarde, viria a instituir a obrigatoriedade de registo com a identificação da identidade dos proprietários dos números de telefone celular num prazo de dois meses, sob pena de serem definitivamente bloqueados.⁴² De acordo com o texto que anunciava a referida medida, o registo obrigatório pretendia “promover o uso responsável do Cartão SIM, contribuindo para a manutenção da ordem e tranquilidade públicas” (art. 4 do Diploma Ministerial nº 153/2010, Boletim da República, I Série, nº 37, 15/09/2010).

Esta medida, anunciada pelo governo como irreversível, foi criticada, não só pelo facto dos prazos estabelecidos para o registo serem irrealistas, pois, segundo as próprias operadoras, seria quase impossível registar os cerca de 7 milhões de utilizadores dos serviços de telefonia móvel no país em apenas 60 dias, mas também como uma tentativa de “ (...) repressão da liberdade de expressão potencialmente contestatária das desigualdades sociais” (Observatório do Direito nº1, CIP, 2010). Depois do alargamento dos prazos finais do registo, de 15 de

42 Embora esta prática seja comum em muitos países, o calendário e o contexto da decisão da sua aplicação em Moçambique não deixam dúvidas sobre o carácter intimidatório e potencialmente repressivo da medida.

Novembro de 2010 para 7 de Janeiro de 2013, estes foram (oficiosamente) estendidos por um período indeterminado, sem que no entanto, os cartões fossem efectivamente bloqueados, o que veio a acontecer novamente em 2012, aquando da ocorrência de novas ameaças de protestos, depois da subida dos preços dos transportes públicos em Maputo.

Porém, perante a força da rua e a evidência – impossível de ignorar – do impacto do custo de vida nas camadas mais pobres, o governo passa em cada momento de crise de uma estratégia de confrontação a uma tentativa de acomodação através de cedências e anúncios de novas políticas.

Congelamento de Preços e Subsídios

Em 2008, por exemplo, as novas tarifas dos “chapas” foram anuladas e o governo comprometeu-se a compensar os transportadores, mediante a apresentação da licença de operação, regularização da situação fiscal e o registo do consumo de combustível. As concessões de 2010 foram ainda mais abrangentes que as de 2008, pois, para além de conter a subida dos preços dos “chapas”, subsidiando os transportadores, o Governo alargou o subsídio às panificadoras, anunciou o congelamento do aumento dos salários e subsídios dos dirigentes do Estado, das empresas participadas por este e dos membros dos conselhos de administração das Empresas Públicas. O Governo anunciou ainda a introdução de um subsídio à “cesta básica”, a expansão do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), vulgo “7 Milhões”, para os distritos urbanos, a redução das taxas aduaneiras para a importação de arroz de terceira qualidade e açúcar, e anunciou que promoveria a produção e o consumo do pão feito à base da farinha de mandioca.

Foi neste contexto que foram tomadas diversas medidas para conter o impacto destas crises na vida do cidadão com destaque para os subsídios aos combustíveis e para importação do trigo. Ainda neste plano o governo tem estado a incrementar o Plano de Acção de Produção de Alimentos e de uma forma geral a apertar as suas acções na luta contra a pobreza nos meios urbano e no campo, tendo registado progressos na implementação deste plano de produção de alimentos, bem como no abastecimento de água e saneamento do meio, nos transportes e comunicações, na saúde e educação e na melhoria das vias de acesso. (Presidente da República, Armando Guebuza, in *O Pais*, 2 de Setembro de 2010).

O congelamento dos preços foi sempre feito com recurso aos subsídios. O preço do pão em 2010, por exemplo, foi mantido a partir de um reajuste ao subsidio à farinha de trigo, que passou de 200 MT para 300 MT por saco de 50 kg, no dia 1 de Fevereiro de 2011, como consequência da subida do preço desta nas moageiras, de 1050 MT para 1150 MT por saco de 50 kg.

Entretanto, o Governo não só subsidiou o pão mas comprometeu-se a alargar este subsídio a um conjunto de produtos básicos, integrados no que designou “cesta básica” e manteve o subsídio aos transportes públicos de passageiros.

O “Programa de Subsídios ao Transporte de Passageiros” (PSTP) faz parte do “Pacote de medidas para atenuar o custo de vida”, aprovado pelo Conselho de Ministros, a 29 de Março de 2011. De acordo com este documento, o PSTP insere-se numa ampla estratégia do governo que, à semelhança de toda a economia, pretende “(...) liberalizar gradualmente as tarifas de transporte pagas pelos passageiros, procurando no entanto a protecção das camadas populacionais mais vulneráveis, e/ou as funções produtivas que podem sofrer com o agravamento das tarifas”, deixando de subsidiar directamente ao transportador, como o faz actualmente. O mesmo documento avança que o modelo actual de subsídio, não só está desactualizado mas também

(...) não é dirigido a quem mais necessita. (...) abrange desde o trabalhador ou estudante que vai de casa ao serviço e vice-versa, até o passageiro que vai à praia ou às compras. Isto distorce a economia e pode desestruturar o ambiente macroeconómico que determina um crescimento e desenvolvimento harmonioso do País em todas as suas dimensões, (...) [pondo] até em causa a justeza da distribuição da renda. (p. 21).

O modelo alternativo que se pretendia introduzir com o PSTP é o de subsídios dirigidos, beneficiando não só aqueles que estão incluídos nos programas sociais e os idosos previstos em outros programas similares, mas também todos os trabalhadores e estudantes, desde que não estejam de férias e/ou fora das horas de acesso ao trabalho e à escola e não tenham carro de afectação, ou cujo empregador ou escola não disponibilize um transporte de casa para o serviço (escola) e vice-versa.

O PSTU seria implementado através de um sistema de passes agrupados em quatro categorias: os anuais, que teriam um desconto de 75% do custo de mercado e um total de 566 viagens; os semestrais, com um desconto de 55% e 280 viagens; os trimestrais com 35% de desconto e 140 viagens; e, os mensais com 155% de desconto e 48 viagens. O programa deveria abranger todos os Municípios com sistema de transportes públicos, tanto rodoviários como ferroviários e fluviais e as responsabilidades seriam repartidas entre estes, o Governo e os empregadores:

O Fundo de Desenvolvimento dos Transportes (FTC) será a entidade responsável pela gestão do PSTU, podendo no entanto terciarizar parcial ou totalmente esta responsabilidade. O Empregador vai adquirir o passe ou bilhete pré-pago na entidade gestora do PSTU, e desembolsará no momento de aquisição o custo de emissão acrescido de 25% da sua contribuição ao subsídio. Ao repassar o bilhete para o trabalhador, este pagará somente pela viagem o custo subsidiado de acordo com o tipo do passe. Para facilitar a vida do trabalhador, o empregador adiantará o custo total das viagens estabelecidas e mensalmente descontará da folha do

salário o que for acordado entre ele e o trabalhador. O valor desembolsado pelo empregador, correspondente a 25%, deve ser considerado como custo dedutível para efeitos tributários. O Governo e os Municípios de acordo com o número de viagens emitidas e desembolsarão adiantadamente ao FTC a sua contribuição respectiva para o subsídio. O FTC repassará na totalidade ao transportador o custo real das viagens. Numa primeira fase, os transportadores deverão apresentar periodicamente à entidade gestora ou seu agente os canchotos dos bilhetes recebidos. Numa fase posterior, quando for estabelecido o sistema electrónico, o débito será directo da conta bancária da entidade gestora ou seu agente a conta bancária do transportador, e terá lugar na altura em que o passageiro valida o seu passe no momento de embarque. (p. 25)

Este sistema de subsídios bastante complexo, cuja implementação inicial estava prevista para o período compreendido entre Maio e Dezembro de 2011, não foi para além das intenções, prevalecendo até hoje o modelo anterior, a partir do qual a compensação é canalizada aos transportadores, um sistema que é criticado pela Associação dos Transportadores Rodoviários de Maputo (ATROMAP):

Numa primeira fase, as compensações até funcionaram. Repare que as compensações até estão em vigor, porque o preço dos combustíveis e o preço dos acessórios continuam altos em relação ao que estamos a cobrar (...) mas a uma dada altura o Governo, embora continuando a subsidiar, arranjou uma outra maneira de dar o subsídio e voltar a tirar. É por isso que as pessoas hoje em dia já não vão lá às compensações, já não preenchem os formulários necessários para ter as compensações. É por isso que já está a conhecer muitas fases. Houve uma fase que de facto o transportador se sentia agraciado por ter essa compensação. Mas há esta fase que ele se apercebe que pagava tanto pelo imposto; porque agora é proporcional. Você tem que pagar um imposto muito alto para ter uma compensação razoável. Então, isso acaba sendo um processo de tirar desse bolso e meter nesse outro bolso. Então, as pessoas agora já não estão interessadas nas compensações. (Baptista Macuvele, Vice-presidente Atromap, entrevista realizada em Maputo, a 29 de Novembro de 2013).

A “Cesta Básica”

O subsídio à cesta básica era uma das medidas adoptadas pelo governo, em Março de 2011, para fazer face à crescente tendência de aumento dos preços dos cereais e do combustível resultantes dos preços no mercado internacional.⁴³ À semelhança do subsídio

43 Ministério de Indústria e Comércio, *Manual de Procedimentos Do Subsídio à Cesta Básica*, Maputo, Abril de 2011.

aos transportes de passageiros, este fazia parte do conjunto de medidas inicialmente anunciadas pouco depois das manifestações de 1 e 2 de Setembro de 2010 e depois aprovadas pelo Conselho de Ministros, na sua sessão de 29 de Março de 2011. As camadas de baixa renda, identificadas como as beneficiárias do subsídio à cesta básica, foram inicialmente definidas como sendo os trabalhadores do sector formal que viviam nas onze capitais provinciais do país e ganhavam um salário igual ou inferior a 2000 MT. Pouco depois este grupo foi alargado, passando a incluir todos trabalhadores do sector informal e todos que recebessem um salário que não excedesse os 2500 MT. A medida previa que os beneficiários poderiam comprar, a preços subsidiados, um conjunto de produtos básicos, nomeadamente, o arroz, a farinha de milho, o óleo alimentar, o peixe de segunda, o feijão manteiga, o açúcar e o pão.

Esta medida foi alvo de inúmeras críticas, destacam-se duas: se para uns, o subsídio à cesta básica era uma medida inconsistente e insustentável, dado que não se conhecia o número exacto de beneficiários e nenhum estudo de viabilidade havia sido efectuado, para outros, era, sobretudo, discriminatória e partidária, pois beneficiaria somente os habitantes das zonas urbanas, consideradas epicentros das manifestações. Perante este cenário, associado à alegada não ocorrência de uma das pré-condições para a sua implementação – a de um eventual aumento dos preços dos cereais e dos combustíveis depois da sua aprovação – esta medida foi completamente esquecida. De facto, apesar da relativa estabilização dos preços do combustível no mercado internacional, os preços dos cereais e dos transportes têm aumentado paulatinamente no país, sem, contudo reactivar nem o debate sobre a medida, nem a sua aplicação.⁴⁴

Pão de Trigo e Mandioca

O trigo, elemento principal da produção do pão, cuja variação do preço impacta significativamente na vida dos moçambicanos de uma forma geral e das camadas mais pobres muito particularmente, contribuindo, em parte, para a ocorrência de revoltas, é tradicionalmente um produto de importação em Moçambique, sendo a produção interna insignificante. Em 2008, foi formulado um Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA)⁴⁵ com o objectivo de reforçar a produção alimentar do país e torná-lo menos

44 Existe desde então uma clara tendência para evitar aumentos importantes e bruscos dos preços, o que pode explicar também uma maior possibilidade de adaptação gradual das famílias ao custo de vida e uma redução no potencial de conflito.

45 O PAPA foi aprovado em Junho de 2008, pela Comissão Interministerial de Preços, composta pelos ministros da Planificação e Desenvolvimento, das Finanças, da Agricultura, da Indústria e Comércio, da Ciência e Tecnologia e dos Transportes e Telecomunicações. O seu objectivo é de "(...) concentrar esforços para o aumento da produção e produtividade em determinadas culturas e produtos considerados fundamentais para consumo das famílias moçambicanas, nomeadamente milho, arroz, trigo, mandioca, batata-reno e oleaginosas (girassol, soja, algodão semente e amendoim)." (Documento final do PAPA, p. 16).

dependente das importações e, por conseguinte, das variações de preço no mercado internacional. De acordo com este plano, a produção nacional de trigo deveria aumentar cerca de cinco vezes até à campanha agrícola de 2010/11, reduzindo assim o défice de trigo em relação ao consumo total de 95% para 20%. Ao mesmo tempo, esperava-se que a produção de mandioca também aumentasse cinco vezes no mesmo período, havendo a ideia de, ao mesmo tempo, desenvolver a técnica de fabrico de pão com uma mistura de farinha de trigo e de mandioca.⁴⁶

Para o alcance das metas do PAPA, o Governo desenvolveria um conjunto de actividades, com destaque para a divulgação de tecnologias agrárias, apoio ao sector privado através da disponibilização de equipamentos de produção, abertura de linhas de crédito ao sector da agricultura (agro-negócios), fomento pecuário (distribuição directa de animais e instrumentos de tracção animal), capacitação e sensibilização de produtores e expansionistas com maior enfoque no combate a pragas, uso de pesticidas, etc. Contudo, apesar desse importante pacote de medidas, tanto a produção do trigo, como dos demais cereais preconizados no PAPA, manteve-se praticamente inalterada ao longo dos últimos anos.

Na verdade, segundo o Director Nacional de Comércio, o défice na produção daquele cereal, como do arroz, continua a ser minimizado por donativos, sobretudo dos EUA e do Japão:

De facto temos estado a receber ajuda externa comercial do Japão e dos Estados Unidos, sim. No trigo e no arroz. Porque são produtos cuja dependência externa ainda é bastante acentuada. Então o Japão tem estado a doar arroz, cujas quantidades variam de um ano para outro e de um período para outro. E os Estados Unidos da América, através do USDA, Departamento do Estado da Agricultura, têm estado a doar trigo, através da Visão Mundial. Mas essa ajuda é ajuda comercial, não é gratuita. No caso do arroz vende-se à rede comercial e os fundos gerados vão para o tesouro público para financiar projectos; projectos de desenvolvimento económico e social. O arroz quando chega no porto, o ministério não lida com o produto, ou pegar e armazenar. Não. Todo o processo é tramitado antes do arroz chegar. Quando chega o arroz todo o comerciante tira a quantidade que pediu. Nós primeiro anunciamos para as empresas manifestarem interesse. Publicamos nos órgãos de informação. Depois, analisamos esses anúncios, essas ofertas e adjudicamos esses produtos. Quando chega, cada empresa vai tirar directamente

46 No entanto, ainda há algumas dúvidas sobre a duração e resistência da farinha de mandioca e também não há garantias de que o preço possa ser mais baixo. Apesar dessas incertezas, o governo vem incentivando a produção e comercialização da mandioca no país, enquanto decorrem estudos mais aprofundados, quer sobre a qualidade do pão criado com a mistura desta cultura com a do trigo, quer sobre a sua rentabilidade. O aumento já registado da produção prende-se com o facto de ser matéria-prima para a produção de cerveja, como parte de um projecto experimental desenvolvido em Nampula nos últimos dois anos.

no porto para os seus armazéns e vendem. Pagam uma parte antes e outra parte pagam depois. É essa a facilidade que nós damos. Agora, no trigo os fundos não vão para nós, porque a Visão Mundial é uma ONG. Então os fundos vão financiar os programas das ONGs em Moçambique que trabalham ligados à Visão Mundial. (A. Muianga, Director Nacional de Comércio, Entrevista, 4/12/2013, Maputo)

Segundo A. Muianga, apesar dos donativos, que entram para o circuito comercial, o défice prevalece, sendo ainda minimizado pela importação directa dos comerciantes:

Eles decidem o que têm a oferecer. Eles já sabem qual é o nosso défice. (...) Eles, em função do que têm a dar, decidem o que vão dar. E isso minimiza o défice. E a outra parte do défice que não for coberta, os operadores importam. O défice é coberto, uma parte pela produção interna (...) esse défice é coberto de duas maneiras: importação e ajuda alimentar. Mas a ajuda alimentar é apenas para esses dois produtos. Os restantes produtos são importados para cobrir o défice, são importações normais dos operadores, que eles importam para poder vender no mercado. Apenas nós facilitamos o licenciamento, através das alfandegas (...) nós damos licenças às empresas. Mas (...) o donativo nunca é suficiente para satisfazer as necessidades do mercado (...) eles são vendidos ao preço do mercado. (Ibid.)

Silos e Armazenamento

Em 2008, o Governo iniciou também um plano de construção de 39 silos com capacidade de armazenagem de 1000 toneladas cada um, nas províncias de Sofala, Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado, consideradas como altamente produtivas. O objectivo dos silos é absorver os excedentes agrícolas, em particular cereais, contribuindo assim para melhorar a eficiência na comercialização agrária em Moçambique e, assim, da segurança alimentar. Embora a construção dos silos seja tutelada pelo Ministério da Indústria e Comércio, a sua gestão será privada, na perspectiva de garantir a competitividade e favorecer os camponeses no processo de trocas comerciais.⁴⁷

O Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana, 2010–2014 (PERPU)

Pouco tempo antes das manifestações de Setembro de 2010, no mês de Agosto desse ano, o Ministério da Planificação e Desenvolvimento, em parceria com o Ministério das Finanças,

47 Como habitualmente, entre a definição de políticas e planos ou programas e a realidade a distância é grande. Neste caso, até 2012, apenas tinham sido concluídos dois (Gorongosa e Nhamatanda) dos 39 silos previstos...

o Ministério do Trabalho, o Ministério da Administração Estatal e o Ministério da Mulher e Acção Social, aprovaram o PERPU. No entanto, este programa, que era a extensão às cidades do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), vulgarmente conhecido como “7 milhões”, só viria a ser implementado a partir de 2011, tendo três objectivos: o aumento das oportunidades de emprego; a melhoria do ambiente de negócios e dos níveis de empregabilidade de mão-de-obra; e, a melhoria do sistema de protecção social. Para o período de 2011-2014, a criação de oportunidades de emprego e a protecção social eram os dois vectores priorizados.

O início da implementação do PERPU em 2011, num momento de grande debate sobre a abrangência, a consistência e a sustentabilidade das diversas medidas para atenuar o impacto da subida do custo de vida, em especial do subsídio da cesta básica, anunciadas depois das manifestações de 2010 faz dele uma parte da resposta governamental aos protestos populares.

Taxa de Câmbio Anti-motim

Tendo em conta a importância das taxas de câmbio na formação dos preços dos bens importados e nomeadamente dos combustíveis, o governo decidiu tomar algumas medidas macroeconómicas com vista a assegurar a estabilidade do metical em relação ao dólar, moeda com a qual o país paga as suas importações:

Com efeito, quando o Metical se aprecia em relação ao dólar americano, principal moeda de importação dos combustíveis, a taxa de câmbio entra na fórmula do cálculo do preço interno como um factor de mitigação do impacto. Quando o Metical se deprecia em relação ao dólar americano, a taxa de câmbio entra na fórmula do cálculo do preço interno como um factor de agravamento do impacto. (...) a procura de divisas para financiamento da importação dos combustíveis é feita através da intermediação financeira assegurada pelo sindicato bancário liderado pelo BIM (Conselho de Ministros, Pacote de medidas para atenuar o custo de vida após o 1º trimestre de 2011, 29 de Março de 2011).

Em 2010, o metical tinha sofrido uma grande depreciação em relação ao dólar, de cerca de 14%, gerando um impacto negativo muito forte sobre o preço dos combustíveis no mercado interno. Em face do agravamento resultante deste desenvolvimento desfavorável, o Banco de Moçambique chamou a si a responsabilidade de assegurar as divisas necessárias para financiar as importações de combustíveis a uma taxa de câmbio mais favorável, o que resultou numa desaceleração da taxa de câmbio com uma tendência de estabilização,

passando de 37 MZN/USD no final de Agosto de 2010 para cerca de 31 MZN/USD em Março de 2011.⁴⁸

Considerando que o país importa uma grande quantidade dos produtos alimentares que consome, principalmente da África do Sul, a redução e estabilização da taxa de câmbio passou a funcionar desde então como um instrumento importante de controle dos preços alimentares.

48 Dentre o pacote de medidas, destaca-se: 1) a revisão em alta das taxas de juro de intervenção nos mercados, nomeadamente a Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e a Facilidade Permanente de Depósito, ambas em 100 pontos base (pb), fixando-as respectivamente em 16,5% e 5%; 2) a elevação do Coeficiente de Reserva Obrigatória em 25 pb para 9,0%, a partir de período de constituição que iniciou a 7 de Fevereiro; 3) a intervenção no Mercado Cambial Interbancário, provendo divisas ao mercado num total de 162 milhões de USD desde o início do ano até ao dia 23 de Fevereiro. Deste valor, 57,1 milhões de USD destinaram-se à cobertura da factura de combustíveis no mês de Janeiro.

8. Conclusão

Procurámos aqui mostrar que embora as *greves* que abalaram Moçambique em 2008 e 2010 e ameaçaram ocorrer novamente em 2012 tenham sido parte de um movimento global mais amplo causado pelos aumentos e volatilidade dos preços dos alimentos no mercado mundial, elas foram acima de tudo um reflexo da dinâmica económica local e resultaram da exclusão social e política à qual estão condenados os estratos sociais urbanos mais pobres em Moçambique. Nesta última secção, fazemos uma reflexão sobre o facto destes protestos revelarem os contornos de uma ‘economia moral’ contemporânea subjacente às relações entre o Estado, o mercado e o cidadão em Moçambique, e sobre até que ponto eles produziram novas relações de responsabilização – tanto informais e instáveis, como institucionalizadas nos espaços formais de debate e negociação do sistema político nacional.

Vimos como Moçambique – que antes tinha iniciado uma trajectória promissora de industrialização baseada na substituição de importações – emergiu do período socialista e da terrível destruição da guerra civil como um país profundamente empobrecido e dependente da ajuda externa. Observámos também como a Frelimo alterou a sua base social e a orientação geopolítica das suas principais alianças, mantendo com sucesso o seu poder há quase quatro décadas.

Apesar de dominante, onnipresente e fundado numa tradição autoritária consolidada ao longo de várias décadas, o regime da Frelimo foi forçado a fazer concessões como resultado da acção popular espontânea depois de ter aprovado aumentos de preços, num processo que foi sentido como uma violação das noções de justiça profundamente enraizadas. Vimos como o governo não foi capaz de prever a *greve* de 2008, nem de encontrar uma resposta adequada para a de 2010, acabando por ser forçado a reverter os aumentos de preços que tinham sido decretados de forma imperativa em ambos os casos, antes de aprender, em 2012, a assumir uma abordagem muito diferente, mais cautelosa e negociada, para a introdução de aumentos de preços condicionados pelo mercado mundial – embora neste último caso ainda combinada com a intensificação de medidas repressivas. Por outras palavras, parece estar a emergir em Moçambique um tipo de resposta autoritária resultante da conjugação entre a volatilidade dos preços globais, o sistema e a cultura políticos nacionais e a economia moral popular.

Durante a pesquisa realizada em áreas que foram palco dos protestos de 2008 e 2010, em Maputo e Chokwé, muitos dos inquiridos identificaram vários anúncios e acções políticas do governo como tendo sido uma resposta directa aos tumultos. Na sua maioria, eles duvidavam da capacidade dessas medidas virem a resolver o problema da segurança alimentar do dia-a-dia e classificaram várias delas como sendo mentiras – que nunca seriam implementadas. Apesar disso, as pessoas consideraram o facto delas terem sido anunciadas como uma forte evidência da eficácia da greve como estratégia política – e

uma mudança radical nas atitudes tanto dos cidadãos como das elites, tendo os primeiros despertado para o poder da mobilização e os últimos aprendido que o apoio das massas urbanas não era garantido.

Os inquiridos expressaram abertamente a sua crítica à actual elite no poder, distinguindo-a fortemente dos anteriores governos da Frelimo, especialmente no período socialista heróico de Samora Machel, em que a fome era recordada como uma experiência partilhada entre os governantes e governados, numa altura em que as Lojas do Povo distribuíam equitativamente os poucos produtos alimentares disponíveis numa economia devastada pela guerra civil e pelo colapso agrícola. O refrão nostálgico ‘no tempo de Samora...’ repetia-se nas entrevistas e discussões de grupo, fazendo referência a um período que não só simbolizava uma maior igualdade económica, mas também uma intolerância oficial em relação à corrupção e aos comportamentos orientados por interesses privados dos funcionários públicos.

Um outro refrão era a frase popular *quem não trambuca não manduca*. A economia moral tanto no Moçambique rural como urbano é fortemente marcada pela percepção de que a segurança alimentar é algo a ser conquistado através do trabalho árduo de todos, excepto os idosos ou enfermos. A violação desta economia moral por parte do governo é vista como repousando não num fracasso em proporcionar alimentos directamente, mas numa falha em preservar a relação entre os salários e os preços dos produtos alimentares. O resultado deste fracasso é que os filhos ociosos da elite “crescem gordos”, enquanto os trabalhadores pouco qualificados e que trabalham duramente não conseguem ganhar o suficiente para sustentar a família – uma situação descrita por um dos nossos entrevistados no Bairro Ferroviário como uma ‘tortura psicológica’ perpetrada pelo governo. Os participantes das discussões de grupo recordavam-se que os preços dos alimentos aumentaram também na década de 90 sob o mandato de um outro presidente da Frelimo, Joaquim Chissano, mas insistiam que durante esse período os salários também tinham aumentado o suficiente para manter o equilíbrio, enquanto em 2008, eles tinham sido superados pela inflação. Representantes sindicais dos trabalhadores entrevistados durante o estudo acusaram o governo de enganar os trabalhadores ao insistir que os aumentos salariais devem estar ligados a uma medida complexa do crescimento do PIB sectorial e não ao custo de uma ‘cesta básica’ de produtos.

Enquanto tanto o governo moçambicano como o ‘movimento de soberania alimentar’, fraco e dependente dos doadores, apontam para o aumento da produção agrícola como a chave para resolver a questão da fome, as percepções populares enfatizam de forma esmagadora a importância dos salários, o que talvez não seja surpreendente, considerando que mesmo nas zonas rurais muitas famílias compram produtos alimentares e dependem do trabalho assalariado ou de pequenos negócios para complementar as suas magras colheitas. Uma guerra devastadora, seguida de anos de investimento insuficiente no fortalecimento da agricultura de pequena escala, deixou grande parte do Moçambique rural numa situação de défice alimentar e grandemente vulnerável às cheias, secas e outras

calamidades naturais que afligem frequentemente o país. A combinação dos aumentos de preços com a dificuldade em manter a produção de subsistência significou para a maioria dos agregados familiares, tanto nos locais de pesquisa rurais como urbanos, uma redução no seu nível de consumo de produtos alimentares para uma refeição principal no final do dia, com algumas sobras sendo reservadas para o pequeno-almoço.

A principal diferença entre as zonas rurais e urbanas é que as pessoas nestas últimas dependem grandemente do pão, feito com farinha de trigo importada (obtida do mercado internacional e através de ajuda alimentar) que é fornecida às padarias, cujos preços estão sob forte controlo do governo. O pão é geralmente consumido assim só ou como uma sandes com uma folha de alface ou fatia de tomate; os ovos, o peixe ou o frango são considerados cada vez mais como um luxo inabastável. A dieta rural tradicional, baseada no milho e mandioca, é rejeitada por razões culturais e práticas: é vista como rústica e pouco sofisticada, e também requer o carvão, muito caro, e muito tempo para cozinhar, enquanto o pão pode ser consumido logo depois de ser comprado.

Embora o governo tenha tentado insistentemente imputar a culpa pelo aumento dos preços aos mercados internacionais, os manifestantes insistiram que o mesmo era responsável pelas suas dificuldades para pagarem o preço dos *chapas* e ao mesmo tempo poderem aceder a uma dieta básica. Apesar de muitas antigas empresas estatais terem sido privatizadas e a vasta maioria dos trabalhadores estar no sector informal, o facto dos manifestantes terem usado o termo *greve* – sugere um imaginário popular que representa o governo como um empregador que se recusa a permitir que os seus trabalhadores aufram a um salário justo. Sem dúvida nenhuma, a Frelimo alimentou este imaginário ao tentar manter-se onnipresente nos espaços social, político e económico, ao continuar a apelar para a herança histórica do Estado socialista de partido único e pela tendência dos seus líderes em fazer grandes promessas que não têm qualquer possibilidade de cumprir, como a promessa de aumentar cinco vezes a produção de trigo em três anos, feita após os protestos de 2008, ou o anúncio após os protestos de 2010 que as camadas urbanas pobres teriam um acesso subsidiado a uma ‘cesta básica’ de produtos alimentares. Nenhum destes anúncios produziu quaisquer resultados concretos e ambos foram descritos pelos inquiridos como *mentiras*.

Em Novembro de 2012, a probabilidade de um novo conjunto de aumentos de preços desencadeou novamente a mobilização popular para uma *greve*, mas o governo conseguiu evitar tumultos usando uma estratégia com duas vertentes. A primeira vertente foi a repressão: os serviços de SMS foram novamente restringidos e os potenciais pontos de tensão social foram inundados com a política antimotim no dia em que os aumentos tiveram lugar. A segunda vertente foi o diálogo: os aumentos dos preços foram anunciados com antecedência e em combinação com medidas de mitigação específicas, tendo sido usados para testar a resposta popular a estas medidas antes da sua introdução oficial. Estas medidas foram complementadas por um aspecto particular da política macroeconómica: a taxa de câmbio foi usada para moderar o impacto dos aumentos de preços globais sobre os

preços locais das mercadorias importadas tais como o trigo e o combustível, funcionando como uma “taxa de câmbio antimotins”.

Assim, entre 2008 e 2012, uma forma de resposta autoritária parece ter surgido na política de provisões de Moçambique, na qual a repressão dos protestos é combinada com uma maior sensibilidade para as preocupações da população urbana pobre. Esta não é uma capacidade de resposta mediada por instituições democráticas: a forma como as revoltas se desenrolaram expressa a incapacidade do sistema político de garantir um espaço genuíno para a negociação dos interesses sociais dos estratos mais pobres e necessitados da sociedade. Apesar dos ganhos significativos conquistados pelo partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM) nas eleições municipais de 2013, nem o MDM, nem qualquer outro partido da oposição, propuseram medidas concretas para fazer face ao aumento do custo de vida nos seus programas políticos, e na campanha presidencial de 2014 foi notória a ausência de debate sério sobre as causas e respostas à insegurança alimentar em Moçambique. A mediação dos interesses dos pobres pela sociedade civil também foi ineficaz. Apesar da designação popular dos protestos como greves, na verdade os protestos organizados pelos sindicatos foram quase sempre abafados (com a excepção de grupos relativamente privilegiados tais como os médicos do sistema nacional de saúde, que realizaram uma greve sem precedentes em 2013). Os esforços das ONGs apoiadas pelos doadores de desenvolver uma campanha forte sobre questões de segurança alimentar não surtiram qualquer efeito, se tivermos em conta que o projecto de lei sobre o direito a alimentação foi arquivado antes de chegar ao Parlamento.

Há, pois, poucas indicações que os protestos em Moçambique tenham permitido ultrapassar o fracasso de longa data de construir um repertório de modalidades pacíficas e democráticas para o diálogo entre os cidadãos e o Estado sobre a pobreza e a insegurança alimentar. Mesmo o canal da comunicação cidadão-Estado herdado do período do partido único (suposto permitir a comunicação no sentido ascendente das preocupações populares, através do sistema de chefes de quarteirões e secretários de bairros) foi considerado como tendo fracassado, após muitos anos de uso para a transmissão de mensagens do topo para a base, em vez de captar e encaminhar as preocupações das massas. Não obstante, a mudança do comportamento do governo entre 2008 e 2012 parece reflectir uma consciencialização de que a sua postura de arrogância anterior e desconsideração relativamente ao impacto dos aumentos de preços de produtos alimentares e à segurança dos meios de subsistência das camadas urbanas pobres já não é sustentável. Considerando que o país se prepara para a eleição de um novo Presidente, provavelmente do mesmo partido mas de uma geração diferente, resta ver se esta consciencialização será ou não traduzida numa resposta política mais eficaz e num diálogo mais tolerante, que os cidadãos moçambicanos exigem cada vez mais.

Referências

- Bertelsen, B.E. (2014), Effervescence and Ephemerality: Popular Urban Uprisings in Mozambique. *Ethnos: Journal of Anthropology*. http://www.academia.edu/8056852/_Effervescence_and_Ephemerality_Popular_Urban_Uprisings_in_Mozambique_Ethnos_2014_10.1080_00141844.2014.929596_OPEN_ACCESS_
- Chaimite, E. (2014), Emergência de um Repertório de Acção Colectiva em Moçambique. In L. Brito *et al*, *Desafios para Moçambique*. Maputo, IESE, pp. 83–98.
- Food and Agriculture Organization (FAO), (2008), The State of Food and Agriculture 2008. Rome, FAO. <http://www.fao.org/3/a-i0100e.pdf>
- Honwana, A. (2013), *O Tempo da Juventude: Emprego, Política e Mudanças Sociais em Africa*. Maputo, Kapicua.
- Mosca, J. (2014), Produção Alimentar: Um problema central por resolver. *Destaque Rural* nº 3. Maputo, Observatório do Meio Rural (OMR). <http://www.omrmz.org/images/publicacoes/D3.pdf>
- Paulo, M. *et al* (2008), “Xiculungo” – Relações Sociais da Pobreza Urbana Em Maputo, Moçambique. Maputo, DNEAP/MPD. <http://www.cmi.no/publications/publication/?2963=xiculungo-relaes-sociais-da-pobreza-urbana-em>
- Pereira, C., *et al* (2013), As “revoltas do pão” de 2008 e 2010 na imprensa. *Boletim IDelIAS*, Nº 58. Maputo, IESE. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_58.pdf
- Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), (2013), Informação Sobre a Implementação da Estratégia e Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II). Maputo, SETSAN.
- Tvedten, I. *et al* (2013), Espaço Urbano e Pobreza em Maputo, Moçambique. CMI Resumo, vol. 12, nº 2. <http://www.cmi.no/publications/file/4794-espaco-urbano-e-pobreza-em-maputo-mocambique.pdf>
- Van den Boom, B. (2011), *Análise da pobreza em Moçambique – Situação da pobreza dos agregados familiares, malnutrição infantil e outros Indicadores – 1997, 2003, 2009*, <http://www.sow.vu.nl/pdf/Mozambique/Analysis%2520of%2520Poverty%2520in%2520Moz%2520March%25>
- Wuyts, M. (2011), Does Economic Growth Always Reduce Poverty? Reflections on the Mozambican Experience. *Boletim IDelIAS*, 35E. Maputo, IESE. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35E.pdf

Anexo I – Periodização da Economia Moçambicana

INDÚSTRIA DE EXPORTAÇÃO (AGRO-INDÚSTRIAS)												
ESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA MOÇAMBICANA MODERNA (INTEGRAÇÃO REGIONAL) Portos e caminhos de ferro Trabalho migratório												
INDÚSTRIA DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E DE BENS INTERMEDIÁRIOS												
COLAPSO ECONÓMICO												
Crise da economia colonial Confrontação regional Guerra civil												
INDÚSTRIA DE EXPORTAÇÃO (INDÚSTRIAS DE RECURSOS NATURAIS)												
2005												
INDÚSTRIA C/alumínio S/alumínio												
Mercado Ext. 76% 36%												
Mercado Int. 24% 64%												
2005 (valor exportações)												
Alumínio 59% -												
Gas (+Elect) 14% 37%												
Camarão 5% 12%												
Madeira 2% 5%												
Total 80% 54%												
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS												
INDÚSTRIA EXTRACTIVA CRESCENTE												
pedras semi-preciosas, bauxite												
carvão												
gás												
areias pesadas												
PETRÓLEO?												
ECONOMIA DE AJUDA E ECONOMIA DE RENDA												
ECONOMIA DE AJUDA E ECONOMIA DE RENDA												

Outras Publicações do IESE¹

Livros

Desafios para Moçambique. (2014)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

Desafios para Moçambique. (2013)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

Moçambique: Descentralizar o Centralismo? Economia Política, Recursos e Resultados. (2012)

Bernhard Weimer (organizador)

IESE: Maputo

A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em Perspectiva. (2012)

Sérgio Chichava e Chris Alden (organizadores)

IESE: Maputo

Desafios para Moçambique. (2012).

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

Desafios para Moçambique. (2011).

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

1 Estas e outras publicações do IESE estão disponíveis no site do IESE, www.iese.ac.mz, seguindo os links para publicações ou para investigação. As publicações do IESE podem ser livremente descarregadas do seu site, existindo somente uma parede temporal de 6 meses para os livros

Protecção social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)
IESE: Maputo

Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)
IESE: Maputo.

Desafios para Moçambique 2010. (2009)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)
IESE: Maputo

Cidadania e Governação em Moçambique – comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)
IESE: Maputo

Reflecting on economic questions – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)
IESE: Maputo

Southern Africa and Challenges for Mozambique – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)
IESE: Maputo

Cadernos IESE

(Artigos produzidos por investigadores permanentes e associados do IESE. Esta colecção substitui as séries “Working Papers” e “Discussion Papers”, que foram descontinuadas.)

Cadernos IESE n.º 12E: The Expansion of Sugar Production and the Well-Being of Agricultural Workers and Rural Communities in Xinavane and Magude. (2013)

Bridget O’Laughlin e Yasfir Ibraimo

Cadernos IESE n.º 12P: A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-Estar dos Trabalhadores Agrícolas e comunidades Rurais em Xinavane e Magude. (2013)

Bridget O’Laughlin e Yasfir Ibraimo

Cadernos IESE n.º 11: Protecção Social no Contexto da Transição Demográfica Moçambicana. (2011)

António Alberto da Silva Francisco

Cadernos IESE n.º 10: Protecção Social Financeira e Demográfica em Moçambique: oportunidades e desafios para uma segurança humana digna. (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

Cadernos IESE n.º 9: Can Donors 'Buy' Better Governance? The political economy of budget reforms in Mozambique. (2011)

Paolo de Renzio

Cadernos IESE n.º 8: Desafios da Mobilização de Recursos Domésticos – Revisão crítica do debate. (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

Cadernos IESE n.º 7: Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership. (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

Cadernos IESE n.º 6: Enquadramento Demográfico da Protecção Social em Moçambique. (2011)

António Francisco

Cadernos IESE n.º 5: Estender a Cobertura da Protecção Social num Contexto de Alta Informalidade da Economia: necessário, desejável e possível? (2011)

Nuno Cunha e Ian Orton

Cadernos IESE n.º 4: Questions of health and inequality in Mozambique. (2010)

Bridget O'Laughlin

Cadernos IESE n.º 3: Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique: a propósito do lançamento de três livros do IESE. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

Cadernos IESE n.º 2: Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na Democracia moçambicana? (2010)

Sérgio Inácio Chichava

Cadernos IESE n.º 1: Economia Extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

Working Papers

(Artigos em processo de edição para publicação. Coleção descontinuada e substituída pela série "Cadernos IESE")

WP n.º 1: Aid Dependency and Development: a Question of Ownership? A Critical View. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

Discussion Papers

(Artigos em processo de desenvolvimento/debate. Coleção descontinuada e substituída pela série "Cadernos IESE")

DP n.º 6: Recursos naturais, meio ambiente e crescimento económico sustentável em Moçambique. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

DP n.º 5: Mozambique and China: from politics to business. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

DP n.º 4: Uma Nota sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique. (2008)

Luís de Brito

DP n.º 3: Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

DP n.º 2: Notas de Reflexão sobre a "Revolução Verde", contributo para um debate. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

DP n.º 1: Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

Boletim IDeIAS

(Boletim que divulga resumos e conclusões de trabalhos de investigação)

N.º 63p: Poupança interna moçambicana: 2000-2010, uma década inédita (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

N.º 63e: Mozambican domestic savings: 2000-2010, an unprecedented decade (2014)

António Francisco and Moisés Siúta

N.º 62: Medias e campanhas eleitorais (2014)

Crescêncio Pereira

N.º 61: Indignai-vos! (2014)

Egídio Chaimite

N.º 60: Ligações entre os grandes projectos de IDE e os fornecedores locais na agenda nacional de desenvolvimento (2014)

Oksana Mandlate

N.º 59: A Política Macroeconómica e a Mobilização de Recursos para Financiamento do Investimento Privado em Moçambique (2014)

Fernanda Massarongo e Rogério Ossemane

N.º 58: As “revoltas do pão” de 2008 e 2010 na imprensa (2013)

Crescêncio Pereira, Egídio Chaimite, Lúcio Posse e Michael Sambo

N.º 57: Cheias em Chókwè: um exemplo de vulnerabilidade (2013)

Crescêncio Pereira, Michael Sambo e Egídio Chaimite

N.º 56: Haverá Possibilidade de Ligação Entre Grupos de Poupança e Crédito Cumulativo Informais e Instituições Financeiras Formais?

Fernanda Massarongo, Nelsa Massingue, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

N.º 55: Ligações com mega projectos: oportunidades limitadas a determinados grupos (2013)

Epifânia Langa

N.º 54p: Viver mais para viver pior? (2013)

Gustavo Sugahara, António Francisco, Peter Fisker

N.º 54e: Is living longer living better? (2013)

Gustavo Sugahara, António Francisco, Peter Fisker

N.º 53: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann (3). (2013)

Sayaka Funada-Classen

N.º 52: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann (2). (2013)

Sayaka Funada-Classen

N.º 51: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann. (2013)

Sayaka Funada-Classen

N.º 50: Uma reflexão sobre o calendário e o recenseamento eleitoral para as eleições autárquicas de 2013. (2013)

Domingos M. Do Rosário

N.º 49: Os mitos por trás do PROSAVANA. (2013)

Natália N. Fingeremann

N.º 48P: Sobre resultados eleitorais e dinâmica eleitoral em Sofala. (2013)

Marc de Tollenaere

N.º 48E: Analysing elections results and electoral dynamics in Sofala. (2013)

Marc de Tollenaere

N.º 47: Moçambique: Entre Estagnação e Crescimento. (2012)

António Alberto da Silva Francisco

N.º 46P: Desafios da Duplicação da População Idosa em Moçambique. (2012)

António Francisco & Gustavo Sugahara

N.º 46E: The Doubling Elderly: Challenges of Mozambique's Ageing Population. (2012)

António Francisco & Gustavo Sugahara

N.º 45: Moçambique e a Explosão Demográfica": Somos Muitos? Somos Poucos? (2012)

António Alberto da Silva Francisco

N.º 44: Taxas Directoras e Produção Doméstica. (2012)

Sófia Armacy

N.º 43E: MEITI – Analysis of the Legal Obstacles, Transparency of the Fiscal Regime and Full Accession to EITI. (2012)

Rogério Ossemane

N.º 43P: ITIEM—Análise dos Obstáculos legais, Transparência do Regime Fiscal e Completa Adesão à ITIE. (2012)

Rogério Ossemane

N.º 42E: Analysis of the Reconciliation Exercise in the Second Report of EITI in Mozambique. (2012)

Rogério Ossemane

N.º 42P: Análise ao Exercício de Reconciliação do Segundo Relatório da ITIE em Moçambique. (2012)

Rogério Ossemane

N.º 41: Estado e Informalidade: Como Evitar a “Tragédia dos Comuns” em Maputo? (2012)

António Francisco

N.º 40: “Moçambique no Índice de Desenvolvimento Humano”: Comentários. (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

N.º 39: Investimento directo chinês em 2010 em Moçambique: impacto e tendências. (2011)

Sérgio Inácio Chichava

N.º 38: Comissão Nacional de Eleições: uma reforma necessária. (2011)

Luís de Brito

N.º 37P: Envelhecimento Populacional em Moçambique: Ameaça ou Oportunidade? (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Gustavo T.L. Sugahara

N.º 37E: Population Ageing in Mozambique: Threat or Opportunity. (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Gustavo T.L. Sugahara

N.º 36: A Problemática da Protecção Social e da Epidemia do HIV-SIDA no Livro Desafios para Moçambique 2011. (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Rosimina Ali

N.º 35P: Será que Crescimento Económico é Sempre Redutor da Pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. (2011)

Marc Wuyts

N.º 35E: Does Economic Growth always Reduce Poverty? Reflections on the Mozambican Experience. (2011)

Marc Wuyts

N.º 34: Pauperização Rural em Moçambique na 1.ª Década do Século XXI. (2011)

António Francisco e Simão Muhorro

N.º 33: Em que Fase da Transição Demográfica está Moçambique? (2011)

António Francisco

N.º 32: Protecção Social Financeira e Protecção Social Demográfica: Ter muitos filhos, principal forma de protecção social em Moçambique? (2010)

António Francisco, Rosimina Ali e Yasfir Ibraimo

N.º 31: Pobreza em Moçambique põe governo e seus parceiros entre a espada e a parede. (2010)

António Francisco

N.º 30: A dívida pública interna mobiliária em Moçambique: alternativa ao financiamento do défice orçamental? (2010)

Fernanda Massarongo

N.º 29: Reflexões sobre a relação entre infra-estruturas e desenvolvimento. (2010)

Carlos Uilson Muianga

N.º 28: Crescimento demográfico em Moçambique: passado, presente...que futuro? (2010)
António Francisco

N.º 27: Sociedade civil e monitoria do orçamento público. (2009)
Paolo de Renzio

N.º 26: A Relatividade da Pobreza Absoluta e Segurança Social em Moçambique. (2009)
António Francisco

N.º 25: Quão Fiável é a Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique? Uma Análise Crítica dos Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique. (2009)
Rogério Ossemane

N.º 24: Sociedade Civil em Moçambique e no Mundo. (2009)
António Francisco

N.º 23: Acumulação de Reservas Cambiais e Possíveis Custos derivados - Cenário em Moçambique. (2009)
Sofia Amarcy

N.º 22: Uma Análise Preliminar das Eleições de 2009. (2009)
Luis de Brito

N.º 21: Pequenos Provedores de Serviços e Remoção de Resíduos Sólidos em Maputo. (2009)
Jeremy Grest

N.º 20: Sobre a Transparência Eleitoral. (2009)
Luis de Brito

N.º 19: "O inimigo é o modelo"! Breve leitura do discurso político da Renamo. (2009)
Sérgio Chichava

N.º 18: Reflexões sobre Parcerias Público-Privadas no Financiamento de Governos Locais. (2009)
Eduardo Jossias Nguenha

N.º 17: Estratégias individuais de sobrevivência de mendigos na cidade de Maputo: Engenhosidade ou perpetuação da pobreza? (2009)
Emílio Dava

N.º 16: A Primeira Reforma Fiscal Autárquica em Moçambique. (2009)
Eduardo Jossias Nguenha

N.º 15: Protecção Social no Contexto da Bazarconomia de Moçambique. (2009)
António Francisco

N.º 14: A Terra, o Desenvolvimento Comunitário e os Projectos de Exploração Mineira. (2009)

Virgílio Cambaza

N.º 13: Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda. (2009)

Luís de Brito

N.º 12: Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique. (2009)

Sérgio Inácio Chichava

N.º 11: Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento Sustentável. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

N.º 10: Indústrias de Recursos Naturais e Desenvolvimento: Alguns Comentários. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

N.º 9: Informação Estatística na Investigação: Contribuição da investigação e organizações de investigação para a produção estatística. (2009)

Rosimina Ali, Rogério Ossemane e Nelsa Massingue

N.º 8: Sobre os Votos Nulos. (2009)

Luís de Brito

N.º 7: Informação Estatística na Investigação: Qualidade e Metodologia. (2008)

Nelsa Massingue, Rosimina Ali e Rogério Ossemane

N.º 6: Sem Surpresas: Abstenção Continua Maior Força Política na Reserva em Moçambique... Até Quando? (2008)

António Francisco

N.º 5: Beira - O fim da Renamo? (2008)

Luís de Brito

N.º 4: Informação Estatística Oficial em Moçambique: O Acesso à Informação. (2008)

Rogério Ossemane, Nelsa Massingue e Rosimina Ali

N.º 3: Orçamento Participativo: um instrumento da democracia participativa. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

N.º 2: Uma Nota sobre o Recenseamento Eleitoral. (2008)

Luís de Brito

N.º 1: Conceptualização e Mapeamento da Pobreza. (2008)

António Francisco e Rosimina Ali

Outras Publicações

Envelhecer em Moçambique: Dinâmicas do Bem-Estar e da Pobreza (2013)

António Francisco, Gustavo Sugahara e Peter Fisker

IESE: Maputo

Growing old in Mozambique: Dynamics of well-being and Poverty (2013)

António Francisco, Gustavo Sugahara e Peter Fisker

IESE: Maputo

Governança em Moçambique: Recursos para Monitoria e Advocacia (2012)

Projecto de Desenvolvimento de um Sistema de Documentação e de Partilha de Informação,
IESE

IESE: Maputo

Monitoria e Advocacia da Governança com base no Orçamento de Estado: Manual de
Formação (2012)

Zaqueo Sande (Adaptação)

IESE: Maputo

Pequeno Guia de Inquérito por Questionário (2012)

Luís de Brito

IESE: Maputo

IESE é uma organização moçambicana independente e sem fins lucrativos, que realiza e promove investigação científica interdisciplinar sobre problemáticas do desenvolvimento social e económico em Moçambique e na África Austral.

Tematicamente, a actividade científica do IESE contribui para a análise da política pública e social e da governação, com enfoque nas problemáticas de pobreza, política e planeamento público, cidadania, participação política, governação e contexto internacional do desenvolvimento em Moçambique

